

**Working Paper No. 95, 2016**

**Desigualdades no uso corporal dos espaços  
públicos urbanos na América Latina**

Fraya Frehse



**Working Paper Series**



**desiguALdades.net**

Research Network on Interdependent  
Inequalities in Latin America

**desiguALdades.net** Working Paper Series

Published by **desiguALdades.net** International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America

The **desiguALdades.net** Working Paper Series serves to disseminate first results of ongoing research projects in order to encourage the exchange of ideas and academic debate. Inclusion of a paper in the **desiguALdades.net** Working Paper Series does not constitute publication and should not limit publication in any other venue. Copyright remains with the authors.

Copyright for this edition: Fraya Frehse

Editing and Production: Barbara Göbel / Sérgio Costa / Fabian Lischkowitz / Paul Talcott

All working papers are available free of charge on our website [www.desiguALdades.net](http://www.desiguALdades.net).

Frehse, Fraya 2016: "Desigualdades no uso corporal dos espaços públicos urbanos na América Latina", **desiguALdades.net** Working Paper Series 95, Berlin: **desiguALdades.net** International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America.

The paper was produced by Fraya Frehse during her Fellowship at **desiguALdades.net** from 02/2014 to 04/2014.

**desiguALdades.net** International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America cannot be held responsible for errors or any consequences arising from the use of information contained in this Working Paper; the views and opinions expressed are solely those of the author or authors and do not necessarily reflect those of **desiguALdades.net**.

# Desigualdades no uso corporal dos espaços públicos urbanos na América Latina

Fraya Frehse

## Abstract

Social science research on social inequality in Latin America emphasizes the role that residential distribution of social groups in urban space plays in the production and/or reproduction of asymmetries of social positioning there in conjunction with the acceleration of economic globalization in the 1990s. Meanwhile, spaces absolutely receptive to social diversity, such as public streets and squares in Latin American historical centers during the shop opening hours, are less studied. This paper presents the analysis of a Brazilian case, São Paulo's cathedral square, where I gathered ethnographic data on 39 occasions (Monday and Friday afternoons) in 2013. Applying particular dialectical and phenomenological perspectives, a Lefebvrian and Goffmanian one, I aim to answer how and why the bodily use pedestrians made of this place may interfere in the (re)production of social equality in São Paulo at this point in time. From this research, secular body-behavioral and moral inequalities emerge as important issues.

**Keywords:** social inequality | urban public space | body | use of space | Brazil

## Biographical Notes

Fraya Frehse is Professor of Sociology at Universidade de São Paulo, where she coordinates the Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia do Espaço. She holds a BA and a teaching diploma in social sciences (sociology, anthropology and political science), an MA and a Ph.D. in social anthropology from Universidade de São Paulo, and in 2010, conducted postdoctoral research in urban sociology at Freie Universität Berlin and Humboldt-Universität zu Berlin with a fellowship by the Alexander von Humboldt Foundation. She was a fellow of *desiguALdades.net* in Research Dimension IV: Theory and Methodology at the Lateinamerika-Institut, Freie Universität Berlin from February to April, 2014. She has been a visiting fellow at Oxford University, at the École des Hautes Études en Sciences Sociales, at Freie Universität Berlin, Humboldt-Universität zu Berlin and Technische Universität Darmstadt, and held the Visiting Chair in Brazil Studies at Freie Universität Berlin. She has published in several languages on urban, spatial, everyday life and visual issues at the intersection between sociology, anthropology and history. Among her publications are *Ô da Rua! O Transeunte e o Advento da Modernidade em São Paulo*, São Paulo: Edusp, 2011; and *O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império*, São Paulo: Edusp, 2005. She is also the editor of three international peer-reviewed journal dossiers on urban and sociospatial studies in Latin America.

## **Conteúdo**

<b>1.</b>	<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>2.</b>	<b>Desigualdades, seus espaços e razões nas ciências sociais sobre a América Latina urbana</b>	<b>4</b>
<b>3.</b>	<b>Desigualdades seculares nos corpos dos pedestres da Praça da Sé paulistana</b>	<b>12</b>
<b>4.</b>	<b>Conclusão</b>	<b>23</b>
<b>5.</b>	<b>Bibliografia</b>	<b>26</b>

## 1. Introdução<sup>1</sup>

As ciências sociais dedicadas à desigualdade social nas cidades latino-americanas apontam com quase unanimidade para o papel que a distribuição residencial dos grupos sociais no espaço urbano tem exercido na produção e/ou reprodução das assimetrias de posicionamento social ali, com a aceleração da globalização econômica a partir da década de 1990. É isso ao menos que pude aferir através de pesquisa bibliográfica sobre o tema das relações entre desigualdade social e espaço urbano na América Latina, tal como ele foi trabalhado até meados de 2014 por autores que mobilizam conceituações forjadas nas ciências sociais (sociologia, antropologia e ciência política).<sup>2</sup>

É fato que espaços residenciais revelam claras assimetrias de posicionamento social nas cidades, em função dos processos de separação socioespacial (“segregação”) que subjazem à sua (re)produção. Porém o que dizer de espaços tão absolutamente receptivos à diversidade social urbana quanto as ruas e praças dos centros históricos metropolitanos latino-americanos nos momentos “comerciais e úteis” do dia? No que diz respeito ao espaço urbano, acepções de “público” correntes nos estudos urbanos atuais giram em torno do mais amplo acesso: de um lado, acesso a “informações” sobre os indivíduos que ali se encontram; de outro, acesso por indivíduos que se conformem de algum modo a “padrões de ação de expectativa bem geral” (Harding e Blokland 2014: 187-188). Ora, a dinâmica social que agita ruas e praças públicas dos centros históricos das demograficamente milionárias São Paulo ou Cidade do México, Buenos Aires ou Lima, Cidade do Panamá, Panamá, Santiago ou Havana entre as 9 e as 19 horas de segunda a sexta-feira que não sejam dias feriados, potencializa de modo notável a abrangência de ambos os tipos de acesso.

É que convivem ali fisicamente com intensidade, nesses intervalos temporais, pedestres que se caracterizam por transitar e por justamente *não* fazê-lo. São, de um lado, transeuntes: homens, mulheres e crianças que se particularizam por passar fisicamente com regularidade por ali, e que assim, sem saber, vão ao encontro de um

---

1 Uma versão reduzida e modificada deste paper, restrita ao debate acadêmico e às cidades no Brasil, foi publicada como artigo, intitulado “Da desigualdade social nos espaços públicos centrais brasileiros”, na revista *Sociologia & Antropologia*, 6, 1, 127–156, jan.-abr. 2016.

2 Referenciarei aqui sobretudo publicações sobre a América Latina a que tive acesso entre abril e julho de 2014, por meio de levantamento bibliográfico no Ibero-Amerikanisches Institut e na Freie Universität Berlin a partir de combinações das palavras-chave “cidade”, “espaço urbano” e “América Latina” (respectivamente em inglês, espanhol e português) com os seguintes termos: “desigualdade (social)”, “pobreza”, “segregação”, “marginalidade (social/urbana)”, “vulnerabilidade social”, “vida cotidiana”. Agradeço aos professores Sérgio Costa e Martina Sproll, da Freie Universität Berlin, e a Florian Lutz e Fabio Santos, então mestrandos desta mesma Universidade, pelo apoio institucional e logístico que tornou possível a realização desta pesquisa.

tipo urbano historicamente próprio da chamada “cidade moderna” que a literatura e a sociologia europeias oitocentistas e das primeiras décadas do século XX eternizaram em personagens como o *dandy*, o *flâneur* e o *blasé*. De outro lado, trata-se de *não-transeuntes*, categoria analítica que venho utilizando (Frehse 2013a, 2013b, 2013c) para sintetizar uma plêiade de pedestres que se distinguem dos primeiros justamente por permanecerem fisicamente com regularidade por ali: vendedores ambulantes, pregadores e/ou moradores de rua; prostitutas, cartomantes e/ou jogadores de carta ou dominó; músicos e cantores, pintores ou desenhistas; engraxates, sapateiros e/ou outros artesãos de idades variadas, abrangendo de crianças a velhos, alguns aposentados, outros mendigos ou desempregados, que ali se deixam ficar de pé, sentados ou mesmo deitados em algum banco de praça, mureta ou no próprio chão.

Como sob tal intensidade de acessos de pedestres das mais variadas ocupações socioeconômicas e origens socioespaciais se escondem informações e padrões de ação cuja diversidade é impossível de circunscrever em termos analíticos, os espaços públicos centrais das grandes cidades latino-americanas favorecem, ao menos em seus momentos “comerciais e úteis”, a associação de que se trata de epicentros para a “simultaneidade”, o “encontro” das diferenças, possibilidade histórica que particulariza a cidade como espaço produzido socialmente – com todas as contradições ali implícitas, e que dificultam justamente essa convivência (Lefebvre [1968] 2009: 86). Se a reflexão faz sentido, ela convida, aqui, a explorar de modo *sui generis* a seguinte questão teórica que atravessa o debate sobre os vínculos entre desigualdade social e espaço urbano na América Latina: qual o estatuto explicativo do espaço na produção e/ou reprodução (dependendo da perspectiva metodológica) das disparidades sociais nas metrópoles latino-americanas, no contexto de globalização econômica que se agudiza de modo particularmente intenso a partir da década de 1990?

O objetivo deste estudo é enfrentar o problema por meio de respostas a duas perguntas: como e por que o modo como espaços públicos centrais latino-americanos são socialmente produzidos interfere nas transformações e/ou continuidades do conjunto de disparidades sociais que caracterizam as metrópoles da região. E a perspectiva metodológica é específica, por referência àquelas que impregnam a bibliografia investigada. Inspira-se na convergência entre orientações dialéticas e fenomenológicas acerca lugar do conhecimento de senso comum na vida cotidiana e na História (Martins 2008a: 53). Dialoga, de um lado, com o método dialético com que Lefebvre apreendeu sociologicamente “a produção do espaço” nos anos 1970. Meu pressuposto é de que “cada corpo vivente é um espaço e *tem* seu espaço: ele ali se produz e o produz” (Lefebvre [1974] 2000: 199). Assim, é pela mediação do corpo que os “sujeitos membros de grupos sociais” percebem sensorialmente o

espaço (através dos membros, órgãos sensoriais, gestos) e o vivem simbolicamente (via imagens e símbolos), em meio ao vigor das concepções racionais (de cunho científico-ideológico, no capitalismo do século XX) que o impregnam (Lefebvre [1974] 2000: 48-49). Por considerar, ademais, que o espaço (social) é um produto social que ao mesmo tempo interfere na prática social (“as relações sociais só têm existência real no e pelo espaço”, Lefebvre [1974] 2000: 465), sensibilizo-me para a possibilidade de que seja, entre outros, através daquilo que chamo de “uso corporal de espaços” como as praças da Sé brasileiras no período comercial, que as grandes cidades atuais do país são produzidas como socialmente desiguais.

Como essa perspectiva acarreta buscar as regularidades simbólicas de conduta corporal na interação social, tema inexplorado por Lefebvre, recorro, de outro lado, à fenomenologia de Erving Goffman (1963: 33-4, 17) sobre o “idioma corporal” dos indivíduos nas situações de copresença física com terceiros; isto é, o discurso convencional e normatizado prene de signos relativos tanto à aparência física quanto a “atos pessoais” como vestimenta, porte, movimento e posição, gestos, posturas, ornamentos faciais e expressão emocional dos indivíduos, nos ambientes espaciais onde ocorre a interação social.

Recorrendo, nos limites deste estudo, a dados etnográficos relativos em particular à praça-sede da catedral católica de São Paulo das segundas e sextas-feiras comerciais e úteis de 2013, o objetivo específico aqui é responder, através desse peculiar prisma dialético-fenomenológico, o seguinte duplo questionamento: como e por que o uso que os pedestres fizeram corporalmente desse logradouro naquele ano pode interferir na (re)produção da desigualdade social na São Paulo desta segunda década de século XXI? À diferença de abordagens interessadas em como e por que desigualdades interferem nas expressões espaciais de diferenciação, nos espaços públicos,<sup>3</sup> importa como e por que o uso corporal dos espaços contribuem para a desigualdade. O que me aproxima de um estudo recente sobre as consequências socialmente excludentes de rotinas cotidianas mais ou menos fluidas em Berlim (cf. Blokland et al. 2015), só que o objeto investigado e a perspectiva metodológica são outros.

Quanto à questão do como, espero evidenciar o quanto a perpetuação da desigualdade social em São Paulo se deve também a duas formas de desigualdade à primeira vista insignificantes, pois que (re)produzidas na vida cotidiana dos pedestres em espaços públicos como a Praça da Sé. São assimetrias de posicionamento social que, do ponto de vista empírico, se revelam implícitas, de um lado, nos padrões de comportamento corporal e, de outro, nas classificações morais dos pedestres desse logradouro. Já a razão de tais disparidades se encontra na densidade histórica profunda das regras de

---

3 Cf. para um panorama sobre o tema Harding e Blokland (2014: 192-216).

conduta implícitas no uso corporal de ruas e praças centrais de São Paulo: elas se vinculam historicamente aos primórdios da São Paulo pós-escravista.

No intuito de demonstrar o duplo argumento, são três as etapas a cumprir. Primeiramente, situo a minha abordagem na linhagem de contribuições que pesquisadores conceitualmente tributários das ciências sociais têm produzido acerca do papel do espaço na (re)produção da desigualdade social na América Latina urbana do presente de economia globalizada – o qual, para fins heurísticos, se iniciará na década de 1990. Como a bibliografia é bastante extensa, levo em conta que a dupla questão teórica do como e do porquê das relações entre desigualdade social e cidade pela mediação do espaço se deixa operacionalizar em três perguntas específicas que, logicamente articuláveis, permitem ordenar de modo sintético o debate: quais as principais formas de desigualdade social que animam a discussão; e quais são respectivamente, aos olhos dos autores, as expressões espaciais e razões (causas, determinações, dependendo da orientação teórica) dessas formas de desigualdade.

Responder tais questões deixará entrever o caráter inusitado da conexão que aqui proponho, entre padrões de uso corporal e espaços públicos urbanos. Na sequência, há como submeter as três perguntas ao material etnográfico coletado na Praça da Sé paulistana em 2013. Exporei evidências de que as regras de comportamento corporal, de interação social assim como o imaginário dos não-transeuntes do logradouro acerca deste espaço e de outros não-transeuntes contribuem para a produção de formas de desigualdade social entre os pedestres da Praça da Sé. Exporei também as expressões espaciais e razões dessa desigualdade.

Assim será possível, na conclusão, sintetizar a peculiaridade epistemológica dos resultados interpretativos sobre o logradouro paulistano por referência ao debate sobre a dimensão espacial da desigualdade social nas metrópoles latino-americanas. O que evidenciará possibilidades outras de diálogo. Virá à tona uma afinidade insuspeitada da abordagem com reflexões de natureza mais conceitual sobre a desigualdade social na América Latina que vêm sendo levadas adiante por teóricos sociais – mas também, justamente do cerne dessa afinidade, também uma diferença significativa.

## **2. Desigualdades, seus espaços e razões nas ciências sociais sobre a América Latina urbana**

A preocupação com o papel do espaço na perpetuação da desigualdade social nas grandes cidades se confunde com os primórdios da própria sociologia. Basta lembrar a vívida descrição que Friedrich Engels ([1845] 1972: 186, 276) fez da

distribuição social das moradias na Manchester da década de 1840, atribuindo a origem da penúria do operariado à indústria. Isso sem mencionar a conceituação pioneira de Robert Park sobre o protagonismo da “segregação populacional”, afora meios de transporte e de comunicação, no estabelecimento de distâncias de natureza não apenas física, mas “sentimental” entre as coletividades humanas, nesse “*habitat* natural do homem civilizado” que seria a cidade, embora a “segregação do pobre, do viciado, do criminoso e das pessoas excepcionais em geral” tivesse uma “importância especial” em tais distâncias (Park 1925: 2, 10, 43).

Ambas as referências evidenciam contrapontisticamente ao menos uma especificidade epistemológica presente no debate sobre o tema com referência às cidades da América Latina a partir dos anos 1990. Os pesquisadores questionam explicitamente a interferência do espaço na produção e/ou reprodução das assimetrias de posicionamento social ali.<sup>4</sup>

Também essa tendência investigativa não nasce no cenário acadêmico da região, e nem apenas no final do século XX. Um marco historicamente inaugural é a reflexão lefebvriana sobre o papel mediador de tempo e espaço na (re)produção da vida cotidiana no mundo moderno, em particular na cidade – até que o espaço, ou melhor, sua produção, merecesse destaque especial (cf., por exemplo, Lefebvre [1947] 1958, [1970] 2001, [1974] 2000). Não obstante, foi sobretudo pela pena de terceiros que tiveram contato com as publicações de Lefebvre a partir do fim dos anos 1960, que o problema frutificou em estudos urbanos que, por sua vez, influenciaram significativamente a discussão em foco. Penso, por exemplo, no jovem Manuel Castells ([1972] 2000), que conviveu com Lefebvre em Nanterre nos anos 1960, e cujo estudo sobre a “questão urbana” impactou de modo decisivo na abordagem pioneira (e prestigiosa, no debate sobre a América Latina urbana) de Lúcio Kowarick (1979) acerca da “espoliação urbana” na São Paulo dos anos 1970. Mas vale mencionar também Edward Soja (1989), um dos raros a explicitar o quanto o seu “*spatial turn*” deve a Lefebvre, e cuja abordagem transparece, entre outros, na explicitação precursora (e também de influência no debate posterior) de Teresa Caldeira (2000) sobre a questão teórica que aqui interessa.

Instigante é que as respostas recentes na América Latina urbana ressaltam o papel decisivo do espaço na (re)produção da desigualdade social ali. O que, diga-se de antemão, não se confunde com qualquer determinismo espacial, crença numa

---

4 Cf., entre outros, Caldeira (2000: 12), Marques e Torres (2005: 11), Torres et al. (2004: 1), Cariola e Lacabana (2005: 17), Duhau e Giglia (2008: 13), Ramírez Kuri e Ziccardi (2008: 23), Fidel, Tomaso e Farias (2008: 55), Ziccardi (2008a: 11), Roberts e Wilson (2009: 3), FUNDASAL e PNUD (2009: 15), Martins (2011: 13), Villaça (2011: 37) e Segura (2014: 2).

causalidade direta entre características do espaço físico e aquelas da vida social. Embora apenas raramente explicitem as concepções de espaço com que trabalham,<sup>5</sup> em geral as abordagens sugerem autores especialmente sensíveis à dimensão social da noção, ou seja, sua natureza socialmente construída/produzida (dependendo do respectivo marco teórico), em conformidade com as principais vertentes interpretativas das ciências sociais acerca do espaço como objeto de conhecimento (Frehse 2013d). Uma evidência é o enfoque comum em estruturas e processos sociais relativos à distribuição física de grupos sociais no espaço urbano latino-americano.

E assim chego ao cerne da discussão que aqui interessa aprofundar, sobre como e por que o espaço interfere na (re)produção da desigualdade social nas cidades da região nos últimos 25 anos. Conforme anunciado anteriormente, a bibliografia deixa-se ordenar em torno de três questões definidas: quais as formas de desigualdade social que se (re)produzem no espaço (urbano); de que modo o fazem e por quê.

Quanto às formas, os estudos associam o fenômeno ao acesso assimétrico a bens materiais e/ou bens imateriais socialmente valorizados. Os primeiros se insinuam em referências à terra, à propriedade,<sup>6</sup> à moradia e aos serviços ou infraestrutura urbanos,<sup>7</sup> e mais raramente à renda.<sup>8</sup> Já o elenco de bens imateriais é mais abrangente, anunciando-se tanto em alusões a desigualdades econômicas, de oportunidades e de classe, ou a disparidades de oportunidades de inclusão das pessoas nos processos econômicos,<sup>9</sup> quanto em referências às “condições de vida” em e entre espaços da cidade, e ao “empoderamento” dos respectivos grupos sociais ali.<sup>10</sup> Outras menções remetem ao mercado de trabalho, às políticas públicas e ao contato entre grupos sociais variados,<sup>11</sup> mas também a trabalho, crédito, serviços sociais, justiça e instrução, ou ao próprio espaço urbano.<sup>12</sup>

---

5 Cf., por exemplo, Marques (2005: 37) e Segura (2014: 3).

6 Cf. por exemplo Rolnik (1999), Ribeiro (2001/2002), Lago (2001/2002), Martins (2008b, 2011), Ciccolella e Baer (2011).

7 Cf. Lago (2001/2002: 157), Ciccolella e Baer (2011: 232).

8 Cf. Lago (2001/2002: 156).

9 Cf. respectivamente Duhau e Giglia (2008: 404), Martins (1997: 20-1) e Raichelis (2006: 16).

10 Cf. respectivamente Kowarick (2000: 81), Ribeiro (2001/2002: 80), Ribeiro e Santos Jr. (2003).

11 Cf. Kaztman (2001: 172), Marques (2005: 42). No caso das políticas públicas, as disparidades de acesso costumam ser associadas à noção de vulnerabilidade de ativos e, no caso do mercado de trabalho, à estrutura de oportunidades. Cf., respectivamente, Caroline Moser (1998), Kaztman (1999) e, para uma síntese do debate, Marques (2005: 41-43).

12 Cf. respectivamente Ziccardi (2008a: 13) e Segura (2014: 14).

Daí que os protagonistas de todas essas desigualdades sejam “pobres”, “camadas populares”, “comunidades de baixa renda”, tipos não raro contrapostos a “ricos”, “classes médias”, “elites”.<sup>13</sup> São categorias que acentuam justamente a dimensão material da desigualdade social, embora haja quem já há tempos aponte para a abrangência das privações imateriais que a pobreza oculta.<sup>14</sup>

Sem desmerecer essas sutilezas analíticas todas, importa aqui que elas apontam para uma forma definida de desigualdade social: aquela referente ao acesso a bens materiais e, sobretudo, imateriais que as cidades latino-americanas viabilizam para grupos sociais que residem em determinados espaços, e não em outros. Tal modalidade de assimetria se distancia significativamente das duas formas que, como veremos adiante, os padrões de uso corporal da Praça da Sé paulistana evidenciam. Mas ela me aproxima da questão de como essas desigualdades de acesso se expressam espacialmente.

Frisando a relevância interpretativa do espaço, alguns autores referenciam notadamente desigualdades “socioespaciais” – ou afins,<sup>15</sup> fazendo par com os incontáveis estudos que, com referência à América Latina urbana dos últimos 25 anos, associam a constituição e/ou perpetuação das desigualdades de acesso a periferias, favelas, villas miseria, callampas, colonias populares e/ou cortiços. Já quando o assunto são as lógicas de distribuição espacial de grupos sociais nas cidades, o investimento investigativo tem se dirigido, de um lado, aos padrões de localização residencial dos diferentes segmentos sociais e, de outro, à segregação, sua variante autossegregação ou à chamada gentrificação. Enfim, proliferam reflexões sobre a vinculação de todos esses fenômenos com a desigualdade social e/ou a pobreza – muitas vezes inclusive

---

13 Cf., entre outros, Martins (1997, 2001, 2002, 2008b, 2011), Villaça (1998, 2011), Kaztman (1999, 2001), Kowarick (2000, 2009), Ribeiro (2000a, 2002), Caldeira (2000), Moser e McIlwaine (2000), Ribeiro e Lago (2001), Marzal (2001), Telles (2001), Carvalho, Almeida e Azevedo (2001), Lago (2001/2002), Sposati et al. (2004), Marques e Torres (2005), Torres et al. (2004), Cariola e Lacabana (2005), Raichelis (2006), Mallarino e Pérez (2006), Ribeiro (2006), Garcia (2006), Quintanilla (2007), Ribeiro e Santos Jr. (2007), Cordera, Kuri e Ziccardi (2008), Duhau e Giglia (2008, 2010), Fidel, Tomaso e Farias (2008), Ziccardi (2008b), Zabala (2009), Roberts e Wilson (2009), FUNDASAL e PNUD (2009), Benavides et al. (2010), Marques (2010, 2014), Arellano (2011), Segura (2014).

14 Cf. Martins (1997: 18) e, na chave interpretativa dos diferenciais de acesso, Marques (2005: 47).

15 Cf. Ribeiro (2000b, 2002), Arellano (2011), Rosas (2012), Segura (2014: 3).

com base em variações classificatórias mais ou menos controversas da própria noção de pobreza.<sup>16</sup>

Escaparia aos propósitos deste estudo aprofundar-se nas diferentes vertentes interpretativas relacionadas a tais temas – e seus vínculos<sup>17</sup>. Essas diferenças se relativizam bastante sob o ângulo do uso corporal de espaços públicos como a praça-sede da catedral metropolitana de São Paulo. Viram expressões espaciais diversas de um amplo senso comum acadêmico sobre o papel que *usos habitacionais* do espaço exercem na produção e/ou reprodução de desigualdades de acesso na América Latina urbana dos últimos 25 anos.

Associo usos do espaço a comportamentos corporais e formas de sociabilidade, ou à conjugação padronizada de ambos em atividades sociais como, por exemplo, comerciar, mendigar, jogar, morar, etc. na rua (Frehse 2009: 153-154). Já o habitar refere-se ao “fato antropológico” de os seres humanos se fixarem no solo, se enraizarem, ali viverem de modo regular; um fenômeno que, por ser inerente ao ser humano, é prenhe de coerência e conflito – e história (Lefebvre [1966] 2001: 9-12). De fato, o habitar se constitui em primeira instância de bens móveis e imóveis, produtos da atividade prática humana; e os modos de habitar se exprimem tanto na linguagem quanto “objetivamente”, isto é, em conjuntos de obras, produtos, coisas constituintes de um “sistema parcial: a casa, a cidade, a conurbação” (Lefebvre [1966] 2001: 9-12).

Ora, não é em última instância esse tipo de atividade social que se oculta por trás da variedade de estudos que tematizam a desigualdade social nas cidades latino-americanas por referência a tipos de moradia;<sup>18</sup> à visão de mundo e aos modos de vida (doméstica) dos respectivos moradores;<sup>19</sup> à estrutura socioespacial das localizações

---

16 Convém lembrar que, nos anos 1950 e 1960, se discutia bastante em termos de cultura da pobreza; entre as décadas de 1960 e 1970, de marginalidade social; a partir dos anos 1980, sobretudo com base em exclusão social e, a partir dos anos 2000, também em vulnerabilidade social - categorias cujo conteúdo ideológico os respectivos autores nem sempre estranham. Para revisões bibliográficas sobre periferias e segregação, cf., entre outros, *Espaço & Debates* (2004), Marques (2005: 21-44), Ziccardi (2008b), Bógus (2009), Segura (2014); sobre favelas, cf. Valladares (2005); sobre gentrificação, Bidou-Zahariasen ([2003] 2006), Hiernaux-Nicolas ([2003] 2006), Rubino (2009), Checa-Artasu (2011). Para uma crítica sociológica dos conteúdos teóricos e ideológicos da noção de marginalidade social por referência ao mundo urbano, cf. Foracchi ([1972] 1982), Faria (1974), Paoli (1974), Kowarick (1975); na noção de exclusão, cf. Martins (1997: 25-38; 2002: 25-47).

17 Cf. a respeito, entre outros, Marques (2005: 33-5, 38-44).

18 Cf. Martins (1997: 34), Caldeira (1997, 2000).

19 Cf. Rocha (1994), Kowarick (2000, 2009, 2011), Caldeira (2000), Moser e McIlwaine (2000), Cariola e Lacabana (2005), Rubino (2006), Mallarino e Pérez (2006), Garcia (2006), Quintanilla (2007), Cordera, Ramírez Kuri e Ziccardi (2008), Fidel, Tomaso e Farias (2008), Duhau e Giglia (2008), Ziccardi (2008b), Zabala (2009), Roberts e Wilson (2009), FUNDASAL e PNUD (2009).

residenciais ali;<sup>20</sup> enfim, a características sociais e redes sociais em vizinhanças pobres?<sup>21</sup>

Como aqui privilegio o uso corporal de espaços públicos, é inevitável certa sensação de solidão. E emerge a questão: será que outros usos e espaços de análise não ofereceriam respostas interpretativas outras sobre as formas e razões de (re)produção da desigualdade, para além da lógica de (autos)segregação residencial? Os estudos bem demonstram o caráter incontestado dos vínculos entre segregação residencial, desigualdade social e pobreza urbana – não raro assumindo tais relações como problema investigativo principal.<sup>22</sup> Mas será esse o único nexos possível, quando o que se busca é compreender o papel do espaço na (re)produção da desigualdade social no mundo urbano latino-americano do presente? O volume arrebatador de trabalhos sobre essa linha investigativa sugere que sim. Convém entretanto lembrar, com Lefebvre, que qualquer tentativa de definir o humano exclusivamente pela dimensão do habitar não resiste ao pensamento crítico: afinal, “[a] moradia é um lugar aberto” à invenção e à descoberta (Lefebvre [1966] 2001: 10). Se habitar o espaço é incontornável, a vida humana ali envolve também outros usos e espaços.

Não é o caso de retomar aqui o extenso rol de representações que as ciências sociais produziram ao longo de sua história sobre a relação metonímica entre espaços públicos como ruas e praças, e a cidade, na realidade social e cultural que adentrou o jargão dessas disciplinas como modernidade própria do século XIX (Frehse 2011: 25-32). Saliento apenas uma característica comum desse debate: a ênfase no fato de que, se as cidades engolfadas pelo capitalismo industrial internacional oitocentista se particularizam pelas possibilidades de intercâmbio social que oferecem, isso se dá graças à existência, ali, de espaços públicos.

Entretanto, só encontrei um estudo sobre o contexto urbano latino-americano em que a desigualdade social é associada, em termos analíticos, a usos de espaços públicos urbanos. E isso na Cidade do México (Duhau e Giglia 2010). Mas são usos diversos dos que aqui interessam que vêm para o primeiro plano: aquilo que chamo

---

20 Cf. Villaça (1998, 2011), Scheingart (1998, 2010), Ribeiro (2000b, 2001/2002), Lago (2001/2002), Baeninger (2003), Sposati et al. (2004), Torres et al. (2004), Ribeiro e Santos Jr. (2007), Saraiva e Marques (2011), Arellano (2011), Rucalcaya e Scheingart (2012), Segura (2014); para uma síntese do debate no Brasil cf. Marques (2005: 25-26).

21 Cf. Torres et al. (2004); Saraiva e Marques (2011), Gomes e Amitrano (2005), Almeida e D’Andrea (2005), Marques (2010, 2014).

22 Cf., no Brasil, as principais linhas de pesquisa do Observatório das Metrôpoles (<http://www.observatoriodasmetrolopes.net>, último acesso 14/04/2016) e do Centro de Estudos da Metrôpole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (<http://www.cebrap.org.br/v2/areas/view/41>, último acesso 14/04/2016).

de atividades sociais. Os autores associam “uso” e “interação social” nas ruas, praças e outros logradouros “juridicamente públicos” a “práticas” relativas à “compra de bens e serviços, recreação, trabalho, educação” e às “modalidades de mobilidade cotidiana associadas a todas e a cada uma dessas atividades” (Duhau e Giglia 2010: 395). Estas (em especial atividades de consumo recreativo ou não – fazer compras, passear e ir ao cinema) se diferenciariam, na metrópole mexicana dos dias que correm, “segundo a estratificação social e espacial”: em suma, existiria “uma divisão social do espaço público” em conformidade com “o nível de recursos e a localização de tais lugares na cidade”. A “experiência cotidiana” não apenas da vida doméstica, mas também do espaço público variaria em dependência das diferenças culturais e étnicas, e das desigualdades econômicas e sociais: ruas e praças públicas seriam pouco atraentes para a população de rendas média e alta (Duhau e Giglia 2010: 404-408).

A acepção de que usos dos espaços públicos urbanos correspondem a determinadas atividades sociais ali é de fato a mais comum, nas ciências sociais dedicadas ao tema dos usos de ruas e praças na América Latina urbana. É ampla a pletora de estudos acerca das dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais ligadas ao trabalho informal nas ruas, mas também ao dia a dia de mendigos, meninos e adultos que moram nas vias e logradouros públicos das grandes cidades da região. Isso sem falar da atuação política de movimentos sociais ali, mas também da mobilidade urbana, com todas as contradições que a circulação física entre os locais de moradia, trabalho e lazer acarreta para metrópoles onde as cifras multitudinárias concernem não apenas à população, mas ao número de automóveis. Transcenderia os limites deste estudo adentrar esse extenso repertório bibliográfico,<sup>23</sup> pois ele não enfrenta explicitamente a questão da dimensão espacial de pobreza e desigualdade social nas respectivas metrópoles. É verdade que um tema caro a essa literatura são os conflitos mais ou menos cotidianos e violentos implícitos em tais atividades, e que muito devem a disparidades de posicionamento social: tensões com a polícia e entre pares, no caso do comércio de rua; com as instituições, no caso de quem mora nas ruas; enfim, atos de contestação política informal aos agentes de operações urbanísticas associadas à requalificação respectivos espaços públicos para os fins do capitalismo globalizado.

---

23 No que se refere às conceituações dos usos da rua no Brasil, cf. Frehse (2013b: 102-105).

No entanto, faltam reflexões específicas sobre o problema aqui em foco – mesmo quando a dimensão corporal dos usos das ruas e praças é contemplada.<sup>24</sup>

Desse modo, desemboca na questão dos porquês de a desigualdade social no espaço urbano latino-americano se (re)produzir espalhando pelo território periferias e centros históricos muito peculiares, favelas, condomínios fechados e cortiços, afora (autos) segregação e gentrificação. Há quem, como eu aqui, privilegie em suas respostas processos históricos de longa duração – embora incorporando o desenvolvimento econômico contemporâneo do capitalismo que vem sendo sintetizado como globalização.<sup>25</sup> Porém mais usual, quando o assunto é história, é assumir como rupturas em relação ao passado os processos econômicos e políticos do fim do século XX: a globalização econômica e a reestruturação produtiva;<sup>26</sup> o chamado modelo neoliberal.<sup>27</sup>

Já uma segunda vertente interpretativa associa a globalização à atuação de sujeitos específicos, ao articular desigualdades de acesso à segregação contemporânea: grupos sociais de maior renda monetária, mas também o poder público e o mercado imobiliário.<sup>28</sup> E um terceiro tipo de abordagem atribui a perpetuação da desigualdade social no espaço urbano à atuação de determinados sujeitos: agentes do Estado e grupos envolvidos com a produção imobiliária, o estabelecimento da infraestrutura e dos serviços urbanos.<sup>29</sup> Não obstante, tem sido possível também ressaltar o papel de fenômenos socioculturais definidos como o gênero, quando não de processos socioespaciais que, sob a rubrica de urbanização “arriscada”, se pautariam na atuação de empreendedores privados sob o abrigo da legislação urbana.<sup>30</sup> Enfim, há quem combine as chaves interpretativas acima: a globalização em conjunto com um

---

24 Cf. nesse sentido em particular Frangella (2009) e Rui (2015). Marcada em geral por essa dinâmica investigativa, a bibliografia latino-americana vai ao encontro de uma tendência epistemológica comum nos atuais estudos urbanos internacionais: o entendimento de usos de espaços públicos urbanos como “expressões espaciais de diferenciação”, ou seja, do estabelecimento de limites intergrupais por critérios de gênero, de raça/etnicidade, de idade, sexualidade e classe social (Harding e Blokland 2014: 185-214). E isso embora haja quem preconize pensar diferença e desigualdade em conjunto: a perspectiva da interseccionalidade centra-se na quanta organização e classificação sociais se interceptam em sítios específicos, “para produzir formas de desigualdade social”. Cf. Anthias (2005: 32) apud Harding e Blokland (2014: 126); cf. também Harding e Blokland (2014: 215-16).

25 Cf. Martins (1997: 20; 2001: 78; 2002: 9-11), Duhau e Giglia (2008: 16, 2010: 390) e Hiernaux-Nicolas ([2003] 2006: 230, 2013: 379).

26 Cf. Ribeiro (2000b: 68), Bógus e Taschner (2000: 248), Cariola e Lacabana (2005: 16), López (2005: 137).

27 Cf. Raichelis (2006: 19), Ramírez Kuri e Ziccardi (2008: 29), Ziccardi (2008a: 9).

28 Cf. respectivamente Ribeiro (2001/2002: 80) e Lago (2001/2002: 157).

29 Cf. Marques e Torres (2005), Marques (2010, 2015).

30 Cf. respectivamente Cimadamore e Cattani (2008), Zabala (2009: 15) e Rolnik (1999: 2-3).

desenvolvimento residencial e comercial condicionados pelo mercado; a influência da globalização em processos locais, lado a lado com a política neoliberal, o “padrão de urbanização excludente” e estratégias empresariais privatizantes do espaço urbano (Roberts e Wilson 2009: 2; cf. também Segura 2014).

Rastreadas as principais vertentes investigativas dos modos e razões da (re)produção espacial da desigualdade social nas cidades latino-americanas dos últimos quase trinta anos, percebo um debate concentrado sobretudo nas estruturas e processos sociais que perpassam os usos habitacionais que grupos sociais fazem de espaços geográficos definidos dessas urbes. A forma privilegiada de desigualdade daí resultante diz respeito ao acesso a bens materiais e imateriais coletivos, historicamente próprios da cidade como forma de povoamento espacial e temporalmente específica.

Já quando os usos que interessam impregnam o espaço do corpos dos pedestres no espaço público em torno das catedrais dos centros históricos latino-americanos, é de uso corporal deste logradouro que cabe falar. E são assimetrias ausentes do debate que se insinuam espacialmente, com determinações também inusitadas, de longa duração.

### **3. Desigualdades seculares nos corpos dos pedestres da Praça da Sé paulistana**

No encaço das formas de assimetria que se revelam através do uso corporal desse logradouro por pedestres nos períodos comerciais e úteis da semana de 2013, é hora de um passeio imaginário. O pretexto são anotações de meu caderno de campo relativas ao trabalho de campo que realizei, durante as tardes (14-18h) de 39 segundas e sextas-feiras úteis de 2013, no amplo segmento cimentado da Praça da Sé que, cortado perpendicularmente por uma estreita rua agitada por ônibus, se abre na direção nordeste, diante da catedral. Visualmente estimo a área desse polígono em menos de um terço dos 37.500 m<sup>2</sup> que o logradouro soma desde a radical intervenção urbanística dos anos 1970 (Milanesi 2002: 161). O subsolo da praça tornou-se então o principal entroncamento metroviário da metrópole, e o solo recebeu, a leste do perímetro em foco, extenso jardim delimitado por muretas. No intuito de mapear os usos mais recorrentes do espaço pelos pedestres durante o período do trabalho de campo, dividi visualmente o tablado cimentado diante da catedral em três setores: um primeiro, retangular e pontilhado de palmeiras imperiais, na frente da escadaria do templo; um segundo, também retangular, mas sombreado, mais a nordeste; e um tablado triangular no extremo norte da praça (Figuras 1 a 3).<sup>31</sup>

---

31 Cf., para uma descrição mais detalhada do logradouro, incluindo outras fotografias e um croquis esquemático dos tipos de pedestres mais recorrentes ali entre fevereiro e julho de 2013, Frehse (2013c: 106-110).

**Figura 1: Vista sul da praça a partir do setor retangular sombreado, outubro de 2013.**



Autoria e acervo: © Fraya Frehse.

**Figura 2: Vista leste do setor retangular sombreado a partir do setor retangular com palmeiras imperiais, outubro de 2013.**



Autoria e acervo: © Fraya Frehse.

**Figura 3: Vista oeste do setor triangular sombreado a partir do mesmo local, outubro de 2013.**



Autoria e acervo: © Fraya Frehse.

Constatei assim que, enquanto alguns não-transeuntes tendiam a se deixar ficar fisicamente em “espaços-tempos locais” específicos do logradouro – portanto em determinados lugares, a que corresponde uma prática espacial (Lefebvre, [1974] 2000: 21) –, muitos outros se espalhavam por todo o perímetro. Engraxates e sapateiros, músicos de rua e pregadores pentecostais, vendedores ambulantes de cigarros e plaqueiros se concentravam nos dois setores sombreados da praça, ao menos nos dias etnografados. Dentre os moradores de rua, por sua vez, gente que permanecia com regularidade em torno de alguma árvore, estátua ou encostada a uma mureta coexistia com os muitos outros que iam e vinham, ao sabor da sociabilidade ou de alguma ocasião de trabalho, esmola ou “doação”. Já entre os milhares de transeuntes, a regra era circular: e a praça toda era seu lugar.

São justamente as diferenças implícitas nos modos e nos ritmos implícitos em como esses tipos diversos de pedestres se servem fisicamente de seus corpos que apontam para uma primeira forma de desigualdade social que pude flagrar no logradouro. Trata-se de desigualdade comportamental-corporal.

Minha referência analítica é o que denominei comportamento corporal (Frehse 2011: 46), com base na constatação empírica de que se, ao usarem o espaço pela mediação de seus corpos, os indivíduos mobilizam gestos e posturas de seu idioma corporal como “técnicas corporais” no sentido pioneiro de Mauss ([1936] 1997: 365), esse manejo se dá segundo “ritmos” lefebvrianos específicos; ou seja, conforme sequências lineares e/ou cíclicas de repetições que estão historicamente enraizadas (Lefebvre 1992: 18). A repetição linear de técnicas corporais passíveis de serem sintetizadas como passagem física do pedestre por ruas e praças assegura a esta uma regularidade que permite associá-la a uma regra definida de comportamento corporal: a circulação, que, do ponto de vista histórico, se dissemina pelos quatro cantos do mundo com a industrialização. Já quando a linearidade rítmica envolve a permanência física do pedestre ali, entra em cena numa segunda regra de comportamento corporal, historicamente bem anterior ao mundo industrial: o deixar-se ficar.<sup>32</sup>

A observação direta e as conversas informais implícitas na observação participante me forneceram evidências etnográficas várias de que quem se deixava ficar fisicamente em ritmo recorrente no logradouro tem um dia a dia pautado por ao menos algumas das privações que alguns autores referenciados anteriormente concebem como pobreza (Martins 1997: 18; Ziccardi 2008a: 11; FUNDASAL e PNUD 2009: 15). A praça era uma opção alvissareira, de um lado, pela falta prévia de emprego fixo: eram muitos os transeuntes de passagem que encomendavam concertos ou polimentos de sapatos; compravam DVDs de pregação ou de música; davam esmolas. De outro lado, permanecer ali com regularidade possibilitava contornar carências de alimentação, saúde e moradia – seja graças às ONGs que semanalmente distribuíam comida e roupa, às assistentes sociais da Prefeitura que “monitoravam” periodicamente o estado de saúde dos moradores de rua e se empenhavam por vagas em albergues; seja, enfim, pelos transeuntes que “compravam um lanche”. Do ângulo dessas privações, importa pouco que a praça se situe num perímetro ao qual decerto não se aplica o “tipo de desigualdade espacial” de bairros periféricos paulistanos: “as desigualdades de acesso” – ao mercado de trabalho, às políticas públicas (Marques 2005: 42).

Quando se considera que o comportamento corporal da permanência física regular no logradouro vem acompanhado de atributos outros do idioma corporal que conotam privação ao menos material, é tentadora a impressão de que os não-transeuntes da Praça da Sé de 2013 se posicionam socialmente na *base* da pirâmide social paulistana

---

32 Salientando a articulação metodológica entre as dimensões fenomênica e histórica das regras implícitas no modo como os indivíduos usam o espaço pela mediação de seus corpos, a noção de comportamento corporal se distancia do *habitus* de Bourdieu, o qual privilegia a dimensão socialmente estruturada e estruturante da cognição e da motivação implícitas nas práticas e representações (cf. a reflexão sintética consolidada a respeito em Bourdieu 1980: 88-89).

atual. Proliferam em meu caderno de campo alusões a calças e camisas curtas ou longas demais, e puídas; casacos ou mantas surrados, por vezes furados, para o frio do relento; sacolas plásticas e carrinhos de supermercado para o transporte de objetos pessoais, na falta de bolsas, mochilas, um armário, um abrigo fixo. Ademais, não raro me deparei com mãos e rostos enegrecidos pela fuligem do trânsito de carros e ônibus, e com um cheiro corporal forte, quando se morava nas ruas e praças e o banho era raro. Enfim, os pedestres mobilizavam todos esses signos enquanto (re) produziam na minha frente, de um lado, atividades econômicas que o senso comum no Brasil costuma associar moralmente a “precariedade” e “informalidade”: a venda ou troca ambulante de mercadorias usadas, a pregação religiosa e a prestação de serviços pouco valorizados socialmente, como a sustentação corporal de placas de propaganda ou o conserto de saltos de sapato na rua; de outro lado, atividades socialmente popularizadas como “marginais” e não raro ilícitas, como o jogo, o tráfico de drogas, o roubo e a mendicância.

Em face disso, é sedutor o rótulo “pobreza” – com todas as dificuldades inclusive ideológicas implícitas no termo – e desigualdade social. Mas em relação a quem? A possibilidade histórica de pobreza na Praça da Sé é indissociável da existência empírica contrapontística de tipos humanos que *não* padecem das privações acima. Afinal, o sentido de classificações morais como pobreza, precariedade, informalidade, marginalidade, ilicitude se nutre da coexistência simbólica dos contrapontos riqueza, estabilidade, formalidade, centralidade, licitude. Ora, nesse contexto semântico o próprio ato de transitar já induz à percepção de uma assimetria de posicionamento social: os transeuntes estão dispensados de permanecer na praça se, em última instância, não lhes aprouver. Pois é esse estado de coisas que o meu caderno de campo registra, por referência aos pedestres de passagem com quem conversei informalmente em busca das razões que os levavam a atravessar a Praça da Sé com mais ou menos pressa ou, se muito, passar de alguns minutos a meia hora ali para assistir a alguma pregação, encomendar o polimento dos sapatos ou visitar algum engraxate, sapateiro ou músico de rua amigo. Enfim, a constatação se aplica inclusive ao leitor, convidado a imaginar-se nessa praça-sede de catedral brasileira.

Convém, entretanto, não se iludir com a pertinência empírica da associação entre trânsito e assimetria social em relação a quem está fadado a não transitar. É impossível inferir que os transeuntes pertencem de modo cabal a grupos de elite ou de classe média. É verdade que deparar com ternos de linho e sapatos envernizados cruzando a praça aparentemente saídos do Tribunal de Justiça, logo ao lado, reforçava em mim a impressão de advogados ou juristas, profissões que se consolidaram em São Paulo na esteira da emergência histórica das classes médias, no século XIX (Frehse 2011:

165). Mas os transeuntes evidentemente não se restringiam a tais tipos. Ademais, sua condição fenomênica vem *pari passu* com padrões de interação social cujas marcas são a impessoalidade e o anonimato (Frehse 2011: 42-43), que dificultam significativamente a identificação do perfil social em questão.

De todo modo, o mero enfoque sobre os comportamentos corporais já sinaliza que a coexistência de transeuntes e não-transeuntes na Praça da Sé de 2013 oculta idiomas corporais reveladores de disparidades de posicionamento no espaço social paulistano. Estas se (re)produzem justamente pela mediação dos padrões de uso corporal do logradouro por transeuntes e não-transeuntes, e fazem da assimetria comportamental-corporal uma forma socioespacialmente específica de desigualdade social. Basta concentrar-se nas regularidades implícitas em suas respectivas técnicas corporais, interações sociais e imaginário sobre a praça e seus *habitués*.

Quanto aos transeuntes, reapareceram na Praça da Sé de 2013 duas regras que costumam caracterizar a presença de passantes nos espaços públicos urbanos do mundo ocidental engolfado pela modernidade oitocentista: a passagem física regular por ali, no plano do comportamento corporal, e a impessoalidade, no plano das interações sociais (Frehse 2011: 43). Tais padrões fazem par com um imaginário sobre a Praça da Sé e seus usuários habituais que, pelo que notei nas conversas informais com os transeuntes, associa o logradouro a um espaço de mera circulação, evidenciando um misto de desprezo e lamento por tanta gente passar o dia (quando não também a noite) ali “à toa”.

Já expressões espaciais indicativas da desigualdade comportamental-corporal que caracteriza, por sua vez, os não-transeuntes do logradouro em 2013 são padrões mais diversificados notadamente de técnicas corporais e de interação social. Às vezes se permanecia por horas sentado, como aposentado, engraxate ou sapateiro, em cadeiras ou banquinhos em torno de cadeiras de engraxate, “batendo papo” com terceiros, “visitantes” ou pesquisadoras como eu, durante ou à espera de algum polimento ou conserto de sapatos (4/02, 25/02).<sup>33</sup> Em particular sapateiros ou engraxates também informavam, então, os transeuntes de passagem acerca das rotas de ônibus e nomes de rua do entorno (4/02, 25/02, 12/04, 22/04, 17/05), liam a Bíblia ou observavam, compenetrados, a movimentação local (4/02, 25/02, 17/06, 28/06).

Quando, por sua vez, se era vendedor ambulante, comerciavam-se mercadorias clandestinas em grandes sacolas de plástico ou carrinhos de supermercado cheios de roupas e sapatos usados, cremes, lanternas e/ou celulares, comprados e vendidos

---

<sup>33</sup> Os números entre parênteses indicam dia e mês da situação respectivamente etnografada.

sobretudo a quem morava na rua. Já este último tipo de pedestre passava os dias na praça compartilhando sonhos, mágoas, bebida, drogas ou justamente mercadorias angariadas via caridade, esmola ou roubo (25/03, 26/04, *passim*).

Dentre os músicos de rua a desigualdade comportamental-corporal se expressava espacialmente, de um lado, na permanência física delongada, a voz cansada e rouca, no tablado sombreado da praça diante de um público constituído por poucos transeuntes e muitos não-transeuntes, que acompanhavam a música cantando, quando não também dançando, às vezes ao embalo da cachaça. De outro lado, a assimetria se exprimia através de muito “bate-papo” com os próprios pares, músicos ali e em outras ruas do centro, e conversa com a pesquisadora, nos intervalos das apresentações (26/04, 5/08).

Enfim, todas essas regularidades relativas a técnicas corporais e interações sociais se embaralhavam de modo *sui generis* nos pregadores pentecostais e membros das chamadas rodas de conversa de religião. A rouquidão da voz que esbravejava “a palavra de Jesus” emanava tanto do corpo que passava horas de pé ao relento, no ritmo do rodízio que assegurava a cada “pastor” duas horas de “oração” em um dos quadrados de fita adesiva esboçados no chão, audiência sobretudo masculina em volta; quanto do corpo dos integrantes masculinos das rodas que vociferavam contra as leituras supostamente equivocadas da Bíblia pelos pregadores ao lado (18/03, 13/05, 28/06, *passim*).

Derivadas de como esses não-transeuntes variados se serviam do corpo e interagiam enquanto entre eles prevalecia o comportamento corporal da não-circulação em meio ao trânsito, essas regras de conduta potencializam o leque de usos da Praça da Sé. Ademais, sugerem que esses pedestres se situam socialmente “abaixo” dos transeuntes, embora a condição social de todos, quanto aos chamados diferenciais de acesso, seja afim. É no plano fenomênico das técnicas corporais e das interações sociais implícito nos comportamentos corporais em espaços públicos como a praça-sede da catedral paulistana que tais assimetrias se (re)produzem e colaboram para a (re)produção da desigualdade social em São Paulo.

Quanto às razões para essa configuração de corpos no espaço, as atividades sociais realizadas dia a dia pelos não-transeuntes no logradouro são indissociáveis das variáveis econômicas e políticas ressaltadas pela bibliografia anteriormente referenciada. Mesmo os estudos sobre os usos dos espaços públicos centrais nas cidades latino-americanas destacam a relevância analítica de um ou mais desses aspectos.

A dificuldade é que tais indicadores não explanam as desigualdades corporal-comportamentais. Ajudam a compreender o porquê da presença de tanta gente que *não* transita pela praça dia a dia, em meio à quantidade de transeuntes e às vigorosas pressões político-administrativas e mesmo urbanísticas em prol do comportamento corporal do trânsito (os setores do logradouro que etnografei não contam com nenhum único banco de praça). Mas não fica claro por que há quem use corporalmente a praça como o faz, espalhando corpo e comida, cadeiras e sacolas pelo espaço enquanto outros apenas passam, impessoais, por ali.

É aqui que destaco analiticamente processos históricos, em particular a densidade histórica desses padrões de uso corporal da Praça da Sé – suas datas históricas, como propôs Lefebvre no método regressivo-progressivo, que permite identificar e explanar o papel mediador da historicidade no espaço produzido pela mediação dos usos cotidianos de espaços empiricamente dados (Frehse 2014). Resultados de outra investigação (Frehse 2011) permitem sintetizar que a regra da passagem regular e impessoal pelo logradouro é padrão de comportamento corporal que passou a ser socialmente valorizado, como signo de civilidade, nas ruas e praças do centro de São Paulo em especial nas décadas finais do século XIX, quando a cidade virou palco de intensas transformações socioeconômicas, demográficas, políticas, urbanísticas e culturais relativas à realidade social e cultural tão frequentemente sintetizada nas ciências sociais como modernidade, em meio à crise final da escravidão africana no Brasil. Já a regra da permanência física regular ali é mais antiga, passível de ser rastreada no mínimo na primeira metade do século XIX.

Mas e os padrões referentes em especial às técnicas corporais dos não-transeuntes da Praça da Sé em 2013? De fato, eles dependem de objetos materiais e de modos de agir e de pensar ali cuja data histórica parece ser bem mais recente: por exemplo, os jornais paulistanos noticiam a presença de pregadores na Sé no mínimo desde a década de 1980 (*O Estado de S. Paulo* 1986). Entretanto, também a possibilidade histórica de tais regularidades reside no passado ainda colonial: são variações contemporâneas do vigor da regra da permanência física regular em espaços do mais amplo acesso possível a informações e gentes.

Por tudo isso, o argumento é de que a desigualdade comportamental-corporal em questão integra uma história social já secular de padrões de conduta em praças centrais como Sé. O deixar-se ficar e a circulação impessoal coexistem ali sobretudo desde o fim da escravidão africana – quando vias e logradouros se tornaram legalmente acessíveis a todo e qualquer pedestre em qualquer hora do dia e da noite, o que, durante os idos escravistas, fora interditado a cativos (Frehse 2011: 531-567). A

contundência de tal coexistência no logradouro em 2013 sugere que a historicidade de ambas as regras parece ser bem mais lenta do que aquela das transformações urbanísticas, socioeconômicas e mesmo das mudanças nos perfis sociais e culturais dos pedestres da praça nas últimas décadas.

Se essa forma de desigualdade sinaliza para uma clivagem social entre transeuntes e não-transeuntes na Praça da Sé, uma segunda indica que, mesmo entre os aparentemente iguais na pobreza, há assimetrias. São disparidades morais, relativas ao posicionamento diversificado de alguns não-transeuntes no espaço social paulistano pelo fato de uns serem associados por outros a representações socialmente mais ou menos valorizadas como éticas, estéticas – como guias de ação (Lefebvre 1980: 81). Representações remetem a “presenças do ausente” (Lefebvre 1980: 53), símbolos que nascem no imaginário e por meio dos quais grupos se representam para si e para os outros. Tendo-se em conta que é por se ligarem a valores que as representações guiam a ação, Lefebvre encontra mais uma vez Goffman, para quem uma regra de conduta é “guia para a ação, recomendada não por ser agradável, barata ou efetiva, mas por ser adequada ou justa” (Goffman 1967: 48).

De fato, a possibilidade de apreensão empírica de desigualdades morais na Praça da Sé depende de se atentar para a lógica classificatória que permeia o imaginário dos não-transeuntes sobre o logradouro e os pedestres habituais ali, considerando que imagens estão dentre as formas que assumem as representações (Lefebvre 1980: 240). Notadamente uma representação valorativa se insinuou a mim verbalmente, durante conversas e comentários na minha frente em meio aos usos ocupacionais e de sociabilidade do espaço anteriormente evocados: a Praça da Sé como lugar de atividades sociais e tipos humanos moralmente condenáveis. Foram reveladoras nesse sentido, de um lado, imagens definidas do logradouro, do ponto de vista da presença humana ali; de outro, imagens efêmeras de não-transeuntes precisamente acerca de seus pares situados respectivamente a pouca distância física dali.

Um dos sapateiros do setor triangular foi ferino sobre a Praça da Sé, quando o conheci: “aqui é o crime. [...] [Aqui] [n]inguém dá nada pra ninguém aqui não; é tudo a mesma malandragem. [...] Na Sé ninguém é amigo, não” (4/02). Ao que um autodenominado camelô acrescentou: No passado a praça “era considerada cartão postal de São Paulo”, mas depois “encheu de mendigo, dormindo na praça [...]. Antes não tinha maloqueiro, mendigo dormindo” (4/02). Para um engraxate, no dia em que se dispôs a conversar comigo, o “único problema” da Praça da Sé seria “esse pessoal largado aí, morador de rua” (7/06). Um pregador, enfim, foi mais vago, mas a conotação

moralmente negativa reapareceu: a Sé seria uma “selva de pedra” onde ele nunca teria tido “problema com ninguém” (28/06).

Os comentários sugerem uma valoração moralmente negativa não apenas de atividades há muito socialmente marginalizadas no espaço social paulistano – a mendicância, o morar na rua, a “malandragem” (Stoffels 1977) – mas de seus supostos protagonistas. Não é a condição social pobre de mendigos e moradores de rua o problema, mas atributos comportamentais supostamente indevidos implícitos na mendicância e no morar na rua.

Trata-se de imagens do espaço marcadamente valorativas, impregnadas de concepções morais sobre o quê e sobretudo *quem* seria certo ou errado, bom ou ruim ali. É como se o logradouro contivesse “em si” pedestres caracterizados por traços morais valorativamente negativos, por referência ao espaço social paulistano: a aptidão para o crime, para o não-trabalho implícito nas noções de maloqueiro, mendigo.<sup>34</sup> Se quem passa os dias na praça é pobre, portanto socialmente inferior, nem todos são moralmente baixos.

Quanto às imagens sobre os pedestres habituais do espaço, foram constantes as observações moralmente ácidas que os não-transeuntes faziam uns dos outros na minha frente, em meio ao e apesar do muito que os unia social e fenomenicamente no logradouro, dia a dia. Às vezes a crítica se insinuava no plano religioso, como a de um engraxate aos participantes das rodas de conversa de religião (seriam “fariseus” descrentes de Jesus, 4/02) e a uma moça que, aparentemente bêbada, certo dia polemizou com um pregador em ação (é “mal da cabeça”, 25/02). Já para um pregador, seriam os “fariseus” os doentes mentais (13/05), enquanto, por sua vez, para um dos debatedores de religião era um esmoler aleijado esparramado pelo chão com sua muleta que “tem verme, não acredita na Bíblia” (8/02). Em todos esses casos, diferenças religiosas aparecem associadas a atributos morais com clara conotação negativa. O resultado representacional é a explícita desigualdade moral entre quem segue e não seguiria os preceitos religiosos nos quais os autores de tais comentários creem.

Um segundo pomo simbólico de discórdia moral era o comportamento feminino. Ou melhor: associações simbólicas entre determinado idioma corporal feminino e certas práticas de sexo. Como já demonstrei (Frehse 2013c: 122), provêm de mulheres os comentários mais mordazes sobre, por exemplo, ser “mulher sem vergonha, vagabunda, [...] perdida” a moça que, sob aparente efeito de drogas e trajando shorts

---

34 Sobre a noção de maloqueiro nesse contexto, cf. Frehse (2013b: 119).

e camiseta, esbravejou contra o pregador (25/02); ou o fato de que uma moradora de rua “dorme toda noite com um cara diferente”, sendo “mulher da vida, vadia”: “nem” o seu “marido” então atual, também morador de rua, “quer saber dela” (7/06). Cabe entretanto salientar que homens também contribuíam para o repertório da depreciação moral feminina. Um dos sapateiros do setor triangular da praça comentou comigo acerca de uma vendedora de cigarros de aparência física “masculinizada”: ela seria “um sapatão; quando você conversar com ela, vai levar uma cantada” (12/04).

Uma terceira pecha associada por não-transeuntes a seus pares era a de “gente que rouba”. Comentou comigo uma moradora de rua de mais de cinquenta anos sobre uma jovem moradora de rua que, grávida de 22 anos, se encontrava a poucos metros dali: “ela tá roubando muito” (5/04). Nesse mesmo dia, mais uma moradora de rua esbravejou contra os roubos na praça, mas a autora seria outra: justamente outra mulher que, como ela, integrava uma “maloca” (grupo espacialmente enraizado) ali e, “zuretada”, teria levado a sua mochila.

E assim chego a um quarto critério simbólico a subsidiar a depreciação moral de uns por outros: um estado mental supostamente doentio, ligado ou não à drogadição (inclusive de bebidas). É uma variável classificatória sobre a qual também já discorri alhures (Frehse 2013c: 121). Aqui, saliento apenas que se trata de poderoso parâmetro simbólico a desigualar moralmente mesmo os mais iguais, como as duas moradoras de rua referenciadas anteriormente, mas também dois engraxates: o primeiro comentou comigo que a cadeira de engraxar do segundo seria “prateada” porque este “não bateria bem da cabeça” (27/05).

À luz dessas vertentes classificatórias da desigualdade moral, espero ter demonstrado que estamos em face de mais uma forma de desigualdade cuja forma de expressão espacial primordial é o idioma corporal dos não-transeuntes. São os signos relativos à aparência física e a atos pessoais diversos que medeiam a avaliação moral negativa de uns por outros. E crucial é: moralmente condenável é sempre o outro.

Esta lógica classificatória evidencia uma forma de assimetria alheia aos processos econômicos e políticos, aos atores e instituições presentes na bibliografia anteriormente revisada. O que não surpreende, considerando-se que os estudos se pautam nas desigualdades entre pobres e ricos no espaço urbano, passando ao largo daquelas passíveis de se reproduzirem entre os pobres pela mediação do espaço.

Como explicar tal desigualdade moral? Também nela reconheço heranças de uma regra de interação social de longa duração nas ruas e praças centrais de São Paulo. Refiro-

me àquilo que, em outro momento (Frehse 2011: 254), chamei de “pessoalidade”, vinculação simbólica que o pedestre, pela mediação de seu idioma corporal na rua, nutre voluntária ou involuntariamente com o todo social em que se situa. Mas, ao mesmo tempo, tudo é diferente do passado. É que numa praça multitudinária como a Praça da Sé de 2013, onde poucos não-transeuntes se conheciam pessoalmente, a única vinculação simbólica possível diz respeito aos atributos morais do pedestre que o idioma corporal pode revelar. Daí que falo em “pessoalidade moral”, padrão de interação social que afasta o logradouro das ruas e praças que o contato com a bibliografia sobre a rua no Brasil deixou entrever (Frehse 2013c: 123).

E assim há como, enfim, deixar para trás os corpos dos pedestres da praça-sede da catedral paulistana. Os corpos e a praça se revelam espaços preñes de uma dinâmica normativa de natureza simbólica que dota o espaço do debate sobre a desigualdade social na América Latina urbana do presente de globalização econômica de contornos metodológicos e teóricos pouco usuais que há, enfim, como evidenciar de maneira sintética.

#### **4. Conclusão**

Produto de uma atenção investigativa explícita quanto a espaços diversos – dos empiricamente observados aos teoricamente construídos e vice-versa, mas sempre passando pelos etnograficamente percebidos e vividos – este estudo acaba por ir ao encontro de um espaço outro, ainda. Penso num campo de discussões que apenas desde o início do século XXI, e a partir de solo alemão, tem merecido atenção sistemática do pensamento sociológico: é o debate em torno da dimensão espacial das práticas sociais. Como será que materializações físicas e/ou de representações simbólicas resultantes das relações simultâneas entre bens materiais e/ou imateriais interferem (ou não) em modos de agir, sentir e pensar socialmente? Tais conjuntos de vínculos pautados na concomitância encontram suas sínteses simbólicas mais acabadas justamente em categorias linguísticas relativas à palavra “espaço”, com acepções etimológicas e semânticas que variam de acordo com o respectivo contexto sociocultural e histórico (cf. a respeito, entre outros, Löw 2001; Schroer 2006, 2008; Dünne e Günzel 2006).

Forjada numa perspectiva *sui generis* das relações dos pedestres com espaços públicos como a Praça da Sé paulistana “comercial e útil” de 2013 pela mediação dos padrões de uso de seus próprios corpos ali e então através do idioma (justamente corporal) através do qual se comunicam socialmente, esta investigação partiu em busca dos espaços da desigualdade social nas cidades latino-americanas privilegiadas

por estudiosos do tema nas ciências sociais dos últimos 25 anos. Sob o prisma do uso corporal do espaço, a plêiade de periferias e centros marcados por segregação e pobreza se mostraram dotados de no mínimo um traço comum: usos habitacionais reveladores de desigualdades de acesso a bens materiais e, sobretudo, imateriais produzidos coletivamente de modo privilegiado no espaço urbano. Foi com o auxílio heurístico desse denominador comum de natureza espacial que a bibliografia bastante abrangente não apenas pôde ser sintetizada nos limites deste texto, mas se constituir em contraponto interpretativo para a identificação e explanação de duas formas alternativas de desigualdade social, que se devem notadamente à dimensão espacial e histórica do idioma corporal em espaços públicos urbanos como a Praça da Sé. Foram, afinal, regras de longa data de uso corporal daquele logradouro que as evidenciaram.

O fato de serem formas de desigualdade social que estão virtualmente ausentes do debate sobre o tema, quando o assunto são cidades latino-americanas dos últimos 25 anos, convida a um questionamento sobre as razões para este estado da arte. Se fugiria aos limites deste texto aprofundar-se em respostas, a análise sugere dois aspectos que gostaria aqui ao menos de tangenciar.

Refiro-me, em primeiro lugar, à importância metodológica que no debate assumem, mesmo que de modo tácito, teorias de estratificação social, abordagens que privilegiam diferenças e diferenciações entre grupos sociais distintos – “classes”, “camadas”. Mesmo que indiretamente, é o campo dos estudos sobre esse tema sociológico que acaba por ser mobilizado toda vez que a pergunta da desigualdade social é enfrentada analiticamente com o olhar teórico atento às disparidades entre ricos e pobres, elites e classes populares etc. Nada disso é problema quando a realidade empírica pesquisada “pede” esse tipo de tratamento e interpretação. Mas e quando não é explícita nesse sentido, como é o caso dos padrões de uso corporal, pelos pedestres, de um espaço público como a Praça da Sé paulistana em 2013?

Ligado a esse aspecto, há um segundo, a ser considerado quando se reflete sobre os porquês do enfoque investigativo costumeiro das ciências sociais em desigualdades entre grupos sociais nas cidades brasileiras. Trata-se justamente do objeto investigativo priorizado a cada vez, por referência à dimensão social do espaço. O intuito de contribuir para o debate sobre problemas como segregação e estrutura socioespacial, por exemplo, conduz o pesquisador instantaneamente a preocupar-se com padrões de habitação nas cidades. Ora, habitar pressupõe fixação espacial, um uso específico do espaço que, embora fundamental e eivado de formas e causas de desigualdade social decisivas, não é de forma alguma o único que vige em nossas urbes.

Marcada pela ênfase epistemológica nas regras de uso que os pedestres fazem de seus próprios corpos em espaços públicos centrais como a praça-sede da catedral metropolitana paulistana, parece-me que a interpretação aqui desenvolvida acaba por se inserir em um espaço cognitivo ainda pouco explorado pelos estudos dos vínculos entre desigualdade social e espaço urbano na América Latina atual. É a seara da dimensão simbólica das desigualdades: de como processos sociais de atribuição de significados pela mediação de classificações, noções de natureza representacional, contribuem para a (re)produção de assimetrias de posicionamento social, na atualidade. Na verdade, mesmo nos estudos urbanos internacionais essa preocupação tem sido mais associada à problemática da diferença do que àquela da desigualdade (Harding e Blokland 2014: 171-218).

Com efeito, o assunto vem sendo trabalhado sobretudo por teóricos sociais que associam desigualdade, cultura e história, ao refletir sobre os atuais tempos de globalização. Penso em autores que pesquisam empiricamente, por exemplo, as interconexões históricas e transnacionais de classificações sociais como classe, raça e etnia, na região (Costa 2011); estruturas sociais pré-capitalistas e o discurso científico sobre o capitalismo (Rehbein e Souza, 2014); enfim, a própria natureza da cultura (Reygadas 2015). Isso embora haja também quem, na chave goffmaniana, enfoque os processos sócio-históricos embutidos na dimensão interacional das desigualdades, evidenciando como percepções cotidianas de assimetrias entre indivíduos e entre indivíduos e instituições, na América Latina, se expressam no plano da interação social (Araujo 2013).

Se esse leque de abordagens abre todo um espaço de aproximação com quem, como eu, se preocupa com a mecânica simbolicamente fugaz e historicamente profunda que permeia a (re)produção da desigualdade social na América Latina na seara da vida cotidiana, ao mesmo tempo uma diferença-distância significativa se impõe. É que falta espaço.

Não me refiro àquele de natureza relacional que, embutido na noção eliasiana de figuração, tem sido utilizado para apreender as desigualdades interdependentes que se (re)produzem para além das fronteiras nacionais (Costa 2011, Braig, Costa e Göbel 2013: 11). Mas penso notadamente no espaço urbano latino-americano e, ali, em espaços públicos e corporais como os aqui inquiridos. Tudo isso ao mesmo tempo, pela mediação do corpo humano que é espaço do espaço público do espaço urbano. E, por tudo isso, no mesmo espaço pela mediação do tempo, evidenciando a seu modo que o tempo se discerne mas não se destaca do espaço (Lefebvre [1974] 2000: 204).

## 5. Bibliografia

- Almeida, Ronaldo and D'Andrea, Tiaraju (2005): "Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo", in: Marques, Eduardo and Torres, Haroldo (org.), *São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdade social*, São Paulo: Senac, 195-209.
- Araujo, Kathya (2013): "Interactive Inequalities and Equality in the Social Bond: A Sociological Study of Equality", *desiguALdades.net Working Paper Series 54*, Berlin: desiguALdades.net International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, online: <http://www.desigualdades.net/WorkingPapers/index.html>.
- Arellano, Salomón González (2011): *Ciudad desigual. Diferenciación socioresidencial en las ciudades mexicanas*, México, D.F.: UAM-Cuajimapla.
- Anthias, Floya (2005): "Social Stratification and Social Inequality: Models of Intersactionality and Identity", in: Devine, Fiona; Savage, Mike; Scott, John e Crompton, Rosemary (org.), *Rethinking Class: Cultures, Identities and Lifestyle*, Basingstoke: Palgrave Macmilan, 24-45.
- Baeninger, Rosana (2003): "Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes", in: Brandão, Carlos Antônio; Gonçalves, Maria Flora e Galvão, Antônio Carlos (org.), *Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional*, São Paulo: Editora Unesp, 271-288.
- Benavides, Marín; Ríos, Vanessa; Rodríguez, Inés Olivera e Zuñiga, Rómulo (2010): *Ser joven y excluido es algo relativo. Dimensiones cuantitativas y cualitativas de la heterogeneidad de los jóvenes pobres urbanos peruanos*, Buenos Aires: CLACSO.
- Bidou-Zachariasen, Cathérine (org.) ([2003] 2006): *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*, Trad. Helena Menna Barreto Silva, São Paulo: Annablume.
- Blokland, Talja; Guiustozzi, Carlotta; Krüger, Daniela e Schilling, Hannah (2015): *Creating the Unequal City: The Exclusionary Consequences of Everyday Routines in Berlin*, London, New York: Routledge.
- Bógus, Lúcia M. M. (2009): "Segregações urbanas", in: Fortuna, Carlos e Leite, Rogerio Proença (org.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Coimbra: CES, Editora Almedina, 115-126.

- Bógus, Lúcia M. M. e Taschner, Suzana (2000): “A cidade dos anéis: São Paulo”, in: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz (org.), *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*, Rio de Janeiro: Revan, Fase, 247-284.
- Braig, Marianne; Costa, Sérgio; Göbel, Barbara (2013): “Soziale Ungleichheiten und globale Interdependenzen in Lateinamerika. Eine Zwischenbilanz”, *desiguALdades.net Working Paper Series 4*, Berlin: desiguALdades.net International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, online: [http://www.desigualdades.net/Working\\_Papers/index.html](http://www.desigualdades.net/Working_Papers/index.html).
- Bourdieu, Pierre (1980): *Le sens pratique*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio (1997): “Enclaves fortificados: a nova segregação urbana”, in: *Novos Estudos*, 47, 155-176.
- (2000): *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp.
- Cariola, Cecilia e Lacabana, Miguel (2005): *Pobreza, nueva pobreza y exclusión social. Los múltiples rostros de Caracas*, Caracas: Banco Central de Venezuela.
- Carvalho, Inaiá Maria Moreira de; Almeida, Paulo Henrique de e Azevedo, José Sérgio Gabrielli de (2001): “Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador”, in: *Tempo Social*, 13, 2, 89-114.
- Castells, Manuel ([1972] 2000): *A questão urbana*, Transl. Arlene Caetano, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Checa-Artasu, Martín Manuel (2011): *Gentrificación y cultura. Algunas reflexiones*, in: [www.ub.edu/geocrit/b3w-914.htm](http://www.ub.edu/geocrit/b3w-914.htm) (acesso em 18/05/2015).
- Ciccolella, Pablo e Baer, Luis (2011): “Buenos Aires tras la crisis ¿Hacia una metrópoli más integradora o más excluyente?”, in: Ciccolella, Pablo (org.), *Metrópolis latinoamericanas. Más allá de la globalización*, Quito: OLACCHI, 213-245.
- Cimadamore, Alberto D. e Cattani, Antonio David (org.) (2008): *Producción de pobreza y desigualdad en América Latina*, Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Cordera, Rolando; Kuri, Patricia Ramírez e Ziccardi, Alicia (org.) (2008): *Pobreza, desigualdad y exclusión social en la ciudad del siglo XXI*, México, D.F.: Siglo XXI.

- Costa, Sérgio (2011): “Researching Entangled Inequalities in Latin America: The Role of Historical, Social, and Transregional Interdependencies”, in: *desiguALdades.net Working Paper Series*, 9, Berlin: desiguALdades.net International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, online: [http://www.desigualdades.net/Working\\_Papers/index.html](http://www.desigualdades.net/Working_Papers/index.html).
- Duhau, Emilio e Giglia, Angela (2008): *Las reglas del desorden. Habitar la metrópoli*. México, D.F.: Siglo XXI, UAM-Azcapotzalco.
- (2010): “El espacio público en la ciudad de México. De las teorías a las prácticas”, in: Garza, Gutavo e Schteingart, Martha (org.), *Desarrollo urbano y regional*, México, D.F.: El Colegio de México, 389-447.
- Dünne, Jörg e Günzel, Stephan (org.) (2006): *Raumtheorie*, Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- Engels, Friedrich ([1845] 1972): „Die Lage der arbeitenden Klasse in England“, in: *Karl Marx - Friedrich Engels-Werke 2*, Berlin: Dietz Verlag, 225-506.
- Espaço & Debates (2004): *Espaço & Debates – Segregações Urbanas*, 24, 45, 1-136.
- Faria, Vilmar (1974): Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade (Críticas, sugestões e um projeto de pesquisa), in: *Estudos Cebrap*, 9, 129-151.
- Fidel, Carlos Hugo; Tomaso, Raul Di e Farias, Cristina (2008): *Territorio, condiciones de vida y exclusión. El Partido de Quilmes, Provincia de Buenos Aires, Argentina*, Buenos Aires: CLACSO.
- Foracchi, Marialice M. ([1972] 1982): *A participação social dos excluídos*, São Paulo: Hucitec.
- Frangella, Simone M. (2009): *Corpos urbanos errantes*, São Paulo: Annablume, Fapesp.
- Frehse, Fraya (2009): “Usos da rua”, in: Fortuna, Carlos e Leite, Rogerio Proença (org.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Coimbra: CES, Editora Almedina, 151-170.
- (2011): *Ô da rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*, São Paulo: Edusp.
- (2013a): “Os tempos (diferentes) do uso das praças da Sé em Lisboa e em São Paulo”, in: Fortuna, Carlos e Leite, Rogerio P. (org.), *Diálogos urbanos: territórios, culturas, patrimónios*, Coimbra: Almedina, 127-173.

(2013b): “Zeiten im Körper. Das Potenzial der Lefebvre’schen Methode für die (lateinamerikanische) Stadtforschung“, in: Huffschnid, Anne e Wildner, Kathrin (org.), *Stadtforschung aus Lateinamerika*, Bielefeld: Transcript, 145-169.

(2013c): “Aruano Brasilem questão (etnográfica)”, in: *Anuário Antropológico/2012*, 38, 2, 99-129.

(2013d): “Apresentação dossier ‘As ciências sociais e o espaço’”, in: *Tempo Social*, 25, 2, 9-16.

(2014): “For Difference ‘in and through’ São Paulo: The Regressive-Progressive Method”, in: Stanek, Lukasz; Schmid, Christian e Moravánsky, Akos (org.), *Urban Revolution Now*, Surrey: Ashgate, 243-262.

Fundación Salvadoreña de Desarrollo y Vivienda Mínima e Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo El Salvador (FUNDASAL e PNUD 2009): *Escenarios de vida desde la exclusión urbana. Una mirada al hábitat popular de 32 ciudades de El Salvador*, San Salvador: PNUD El Salvador.

Garcia, Antonia dos Santos (2006): *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, Cidade d’Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum* [Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Goffman, Erving (1967): *Interaction Ritual*, Garden City: Anchor Books.

Gomes, Sandra e Amitrano, Cláudio (2005): “Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao (emprego e) desemprego”, in: Marques, Eduardo e Torres, Haroldo (org.), *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade social*, São Paulo: Senac, 169-194.

Harding, Alan e Blokland, Talja (2014): *Urban Theory: A Critical Introduction to Power, Cities and Urbanism in the 21st Century*, Los Angeles: Sage.

Hiernaux-Nicolas, Daniel ([2003] 2006): “A reapropriação de bairros da Cidade do México pelas classes médias: em direção a uma gentrificação?”, in: Bidou-Zachariassen, Cathérine (org.), *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de ‘revitalização’ dos centros urbanos*, Trad. Helena Menna Barreto Silva, São Paulo: Annablume, 229-264.

(2013): „Die historischen Stadtzentren Lateinamerikas. Auf dem Weg zu einer kreolischen Gentrifizierung?“, in: Huffschnid, Anne e Wildner, Kathrin (org.), *Stadtforschung aus Lateinamerika*, Bielefeld: Transcript, 377-395.

Kaztman, Rubén (org.) (1999): *Activos y estructuras de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay*, Montevideo: PNUD-CEPAL.

(2001): “Seducidos y abandonados. El aislamiento social de los pobres urbanos”, in: *Revista da Cepal*, 75, 171-189.

Kowarick, Lúcio (1975): *Capitalismo e marginalidade na América Latina*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

(1979): *A espoliação urbana*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

(2000): *Escritos urbanos*, São Paulo: Editora 34.

(2009): *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*, São Paulo: Editora 34.

(2011): “O centro e seus cortiços: dinâmicas socioeconômicas, pobreza e política”, in: Kowarick, Lúcio e Marques, Eduardo (org.), *São Paulo: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política)*, São Paulo: Editora 34, 79-103.

Lago, Luciana Corrêa do (2001/2002): “A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos”, in: *Planejamento e Território: Ensaios sobre a Desigualdad. Cadernos IPPUR*, 15/16, 2/1, 155-176.

Lefebvre, Henri ([1947] 1958): *Critique de la vie quotidienne*, 1, 2. ed., Paris: L'Arche Éditeur.

([1966] 2001): Préface, in: Raymond, Henri; Haumont, Nicole; Dezès, Marie-Geneviève; Haumont, Antoine, *L'habitat pavillonnaire*, Paris: L'Harmattan, 7-23.

([1968] 2009): *Le droit à la ville*, Paris: Anthropos.

([1970] 2001): *Du rural à l'urbain*, Paris: Anthropos.

([1974] 2000): *La production de l'espace*, 3.ed., Paris: Anthropos.

(1980): *La présence et l'absence*, Paris: Casterman.

(1992): *Éléments de rythmanalyse*, Paris: Syllepse.

López, Alexander (2005): “Las dimensiones de la desigualdad en la ciudad global”, in: *Politeia*, 38, 34-35, 137-158.

Löw, Martina (2001): *Raumsoziologie*, Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

- Mallarino, Consulelo Uribe e Pérez, Camila Pardo (2006): “La ciudad vivida. Movilidad espacial y representaciones sobre la estratificación social en Bogotá”, in: *Universitas Humanística*, 62, 169-203.
- Marques, Eduardo (2005): “Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado”, in: Marques, Eduardo e Torres, Haroldo (org.), *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade social*, São Paulo: Senac, 19-56.
- (2010): *Redes sociais, segregação e pobreza*, São Paulo: Editora Unesp.
- (2014): Estrutura social e segregação em SP: transformações na década de 2000, in: *Dados*, 57, 3, 675-710.
- (org.) (2015): *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*, São Paulo: Editora Unesp, CEM.
- Marques, Eduardo e Torres, Haroldo (org.) (2005): *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade social*. São Paulo: Senac.
- Martins, José de Souza (1997): *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*, São Paulo: Paulus.
- (2001): “Depoimento [Subúrbio e periferia, antinomias do urbano]”, in: *Espaço & Debates*, 42, 75-84.
- (2002): *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*, Petrópolis: Vozes.
- (2008a): “A economia oculta da favela”, in: *O São Paulo (Semanário da Arquidiocese de São Paulo)*, 53, 2.692, A2.
- (2008b): *A sociabilidade do homem simples*, São Paulo: Contexto.
- (2011): *A política do Brasil lúmpen e místico*, São Paulo: Contexto.
- Marzal, Manuel María (2001): “El catolicismo de ‘La cultura de la pobreza’”, in: *Anthropologica*, 19, 19, 53-75.
- Mauss, Marcel ([1936] 1997): “Les techniques du corps”, in: Mauss, Marcel, *Sociologie et anthropologie*, Paris, PUF, 363-386.
- Milanesi, Renata (2002): *Evolução Urbana e Espaço Público* [Dissertação de Mestrado em Arquitura e Urbanismo, São Paulo, Universidade de São Paulo].
- Moser, Caroline (1998): “The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies”, in: *World Development*, 26, 1, 1-19.

Moser, Caroline e McIlwaine, Cathy (2000): *Urban Poor Perceptions of Violence and Exclusion in Colombia*, Washington: The World Bank.

O Estado de S. Paulo (1986): “Na Sé, torcedores e pregadores”, in: *O Estado de S. Paulo*, 17/06/1986, 46.

Paoli, Maria Celia P. M. (1974): *Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso*, São Paulo: Pioneira.

Park, Robert E. (1925): “The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment”, in: Park, Robert e Burgess, Ernest W. (org.), *The City*, Chicago, London: The University of Chicago Press, 1-46.

Quintanilla, Maria Isabel Crespo (2007): *Paradojas de la cultura de consumo en una cultura de pobreza. Construcción de la identidad en la ciudad de La Paz, Bolivia, a principios del siglo XXI* [Tese de doutorado, Madrid, Universidad Complutense de Madrid].

Raichelis, Raquel (2006): “Gestão pública e a questão social na gde cidade”, in: *Lua Nova*, 69, 13-48.

Ramírez Kuri, Patricia e Ziccardi, Alicia (2008). “Pobreza urbana, desigualdad y exclusion social en la ciudad del siglo XXI. Una introducción”, in: Cordera, Rolando; Kuri, Patricia Ramírez e Xiccardi, Alicia (org.), *Pobreza, desigualdad y exclusión social en la ciudad del siglo XXI*, México: Siglo XXI, 23-48.

Rehbein, Boike e Souza, Jessé (2014): *Ungleichheit in kapitalistischen Gesellschaften*, Bad Langensalza: Beltz.

Reygadas, Luis (2015): “The Symbolic Dimension of Inequalities”, *desiguALdades.net Working Paper Series 78*, Berlin: desiguALdades.net International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, online: [http://www.desigualdades.net/Working\\_Papers/index.html](http://www.desigualdades.net/Working_Papers/index.html).

Ribeiro, Ana Clara Torres (2006): “Presenças recusadas: territórios populares em metrópoles brasileiras”, in: Nunes, Brasilmar Ferreira (org.), *Sociologia de capitais brasileiras*, Brasília: Líber Livro Editora, 11-33.

Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz (2000a): “Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro”, in: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz (org.), *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*, Rio de Janeiro: Revan, Fase, 63-98.

- (org.) (2000b): *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*, Rio de Janeiro: Revan, Fase.
- (2001/2002): “Segregação, acumulação urbana e poder na metrópole do Rio de Janeiro”, in: *Planejamento e Território: Ensaio sobre a Desigualdade. Cadernos IPPUR*, 15/16, 2/1, 79-103.
- (2002): “A cidade, as classes e a política: uma nova questão urbana brasileira?”, in: Oliveira, Lúcia Lippi (org.), *Cidade: história e desafios*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 84-105.
- Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz & Lago, Luciana Corrêa do (2001): “A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro”, in: *São Paulo em Perspectiva*, 15, 1, 144-154.
- Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz e Santos Jr., Orlando Alves dos (2003): “Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira”, in: *Revista EURE*, 29, 88, 79-85.
- (org.) (2007): *As metrópoles e a questão social brasileira*, Rio de Janeiro: Revan.
- Roberts, Bryan R. e Wilson, Robert H. (org.) (2009): *Urban Segregation and Governance in the Americas*, New York: Palgrave Macmillan.
- Rocha, Mercedes González de la (1994): *The Resources of Poverty: Women and Survival in a Mexican City*, Oxford, Cambridge, MA: Blackwell.
- Rolnik, Raquel (1999): *Territorial Exclusion and Violence: The Case of São Paulo, Brazil*, Washington, D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars.
- Rosas, Concepción Alvarado (org.) (2012): *Fragmentación y segregación socioterritorial en México y Chile*, Cuernavaca, México, D.F.: Universidad Autónoma del Estado de Morelos, Juan Pablos Ed.
- Rubalcaya, Rosa María e Scheingart, Martha (2012): *Ciudades divididas. Desigualdad y segregación social en México*, México, D.F.: El Colegio de México.
- Rubino, Silvana (2006): “Os dois lados da linha do trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas”, in: Frúgoli Jr., Heitor; Andrade, Luciana Teixeira de e Peixoto, Fernanda (org.), *A cidade e seus agentes: práticas e representações*, São Paulo, Belo Horizonte: Edusp, Puc-Minas, 68-97.

- (2009): “Enobrecimento urbano”, in: Fortuna, Carlos e Leite, Rogerio Proença (org.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Coimbra: CES, Editora Almedina, 25-40.
- Rui, Taniele (2015): *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*, São Paulo: Terceiro Nome.
- Saraiva, Camila e Marques, Eduardo (2011): “Favelas e periferias nos anos 2000”, in: Kowarick, Lúcio e Marques, Eduardo (org.), *São Paulo: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política)*, São Paulo: Editora, 105-130.
- Schroer, Markus (2006): *Räume, Orte, Grenzen*, Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- (2008): „Bringing space back in – Zur Relevanz des Raums als soziologischer Kategorie“, in: Döring, Jörg; Thielmann, Tristan (org.), *Spatial Turn*, Bielefeld: Transcript, 125-148.
- Schteingart, Martha (1998): *Poverty and Social Policies in the United States of America and Mexico: The Cases of Washington D.C. and Mexico City*, Washington, D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars.
- (2010): “División social del espacio y segregación en la ciudad de México. Continuidad y cambios en las últimas décadas”, in: Garza, Gustavo e Schteingart, Martha (org.), *Desarrollo urbano y regional*, México, D.F.: El Colegio de México, 345-387.
- Segura, Ramiro (2014): “El espacio urbano y la (re)producción de desigualdades sociales. Desacoples entre distribución del ingreso y patrones de urbanización en ciudades latinoamericanas”, *desiguALdades.net Working Paper Series 65*, Berlin: desiguALdades.net International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, online: [http://www.desigualdades.net/Working\\_Papers/index.html](http://www.desigualdades.net/Working_Papers/index.html).
- Soja, Edward (1989): *Postmodern Geographies*, London, New York: Verso.
- Sposati, Alzaíza; Torres, Haroldo; Pasternak, Suzana; Villaça, Flavio; Kowarick, Lúcio e Schor, Silvia (2004): “A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições”, in: *Espaço & Debates*, 24, 45, 87-109.
- Stoffels, Marie-Ghislaine (1977): *Os mendigos na cidade de São Paulo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Telles, Vera da Silva (2001): *Pobreza e cidadania*, São Paulo: Editora 34.

Torres, Haroldo; Gomes, Sandra; Marques, Eduardo; Ferreira, Maria Paula (2004): "The Spatial Dimension of Urban Poverty" [Paper apresentado no *MacArthur Research Network on Inequality and Economic Performance and Instituto Futuro Brasil meeting*, IBMEC, Rio de Janeiro, 19-20 de novembro, 2004].

Valladares, Lícia do Prado (2005): *A invenção da favela*, Rio de Janeiro: Editora da FGV.

Villaça, Flávio (1998): *Espaço intra-urbano no Brasil*, São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute.

(2011): "São Paulo: segregação urbana e desigualdade", in: *Estudos Avançados*, 25, 71, 37-59.

Zabala Argüelles, Maria del Carmen (2009): *Jefatura femenina de hogar, pobreza urbana y exclusión social. Una perspectiva desde la subjetividad en el contexto cubano*, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Ziccardi, Alicia (2008a): "Pobreza y exclusión social en las ciudades del siglo XXI", in: Ziccardi, Alicia (org.), *Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social. Los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI*, Bogotá: Siglo del Hombre Editores, CLACSO-CROP, 9-33.

(org.) (2008b): *Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social. Los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI*, Bogotá: Siglo del Hombre Editores, CLACSO-CROP.

## Working Papers published since February 2011:

1. Therborn, Göran 2011: "Inequalities and Latin America: From the Enlightenment to the 21st Century".
2. Reis, Elisa 2011: "Contemporary Challenges to Equality".
3. Korzeniewicz, Roberto Patricio 2011: "Inequality: On Some of the Implications of a World-Historical Perspective".
4. Braig, Marianne; Costa, Sérgio und Göbel, Barbara 2013: "Soziale Ungleichheiten und globale Interdependenzen in Lateinamerika: eine Zwischenbilanz".
5. Aguerre, Lucía Alicia 2011: "Desigualdades, racismo cultural y diferencia colonial".
6. Acuña Ortega, Víctor Hugo 2011: "Destino Manifiesto, filibusterismo y representaciones de desigualdad étnico-racial en las relaciones entre Estados Unidos y Centroamérica".
7. Tancredi, Elda 2011: "Asimetrías de conocimiento científico en proyectos ambientales globales. La fractura Norte-Sur en la Evaluación de Ecosistemas del Milenio".
8. Lorenz, Stella 2011: "Das Eigene und das Fremde: Zirkulationen und Verflechtungen zwischen eugenischen Vorstellungen in Brasilien und Deutschland zu Beginn des 20. Jahrhunderts".
9. Costa, Sérgio 2011: "Researching Entangled Inequalities in Latin America: The Role of Historical, Social, and Transregional Interdependencies".
10. Daudelin, Jean and Samy, Yiagadeesen 2011: "'Flipping' Kuznets: Evidence from Brazilian Municipal Level Data on the Linkage between Income and Inequality".
11. Boatcă, Manuela 2011: "Global Inequalities: Transnational Processes and Transregional Entanglements".
12. Rosati, Germán 2012: "Un acercamiento a la dinámica de los procesos de apropiación/expropiación. Diferenciación social y territorial en una estructura agraria periférica, Chaco (Argentina) 1988-2002".
13. Ströbele-Gregor, Juliana 2012: "Lithium in Bolivien: Das staatliche Lithium-Programm, Szenarien sozio-ökologischer Konflikte und Dimensionen sozialer Ungleichheit".

14. Ströbele-Gregor, Juliana 2012: "Litio en Bolivia. El plan gubernamental de producción e industrialización del litio, escenarios de conflictos sociales y ecológicos, y dimensiones de desigualdad social".
15. Gómez, Pablo Sebastián 2012: "Circuitos migratorios Sur-Sur y Sur-Norte en Paraguay. Desigualdades interdependientes y remesas".
16. Sabato, Hilda 2012: "Political Citizenship, Equality, and Inequalities in the Formation of the Spanish American Republics".
17. Manuel-Navarrete, David 2012: "Entanglements of Power and Spatial Inequalities in Tourism in the Mexican Caribbean".
18. Góngora-Mera, Manuel Eduardo 2012: "Transnational Articulations of Law and Race in Latin America: A Legal Genealogy of Inequality".
19. Chazarreta, Adriana Silvina 2012: "El abordaje de las desigualdades en un contexto de reconversión socio-productiva. El caso de la inserción internacional de la vitivinicultura de la Provincia de Mendoza, Argentina".
20. Guimarães, Roberto P. 2012: "Environment and Socioeconomic Inequalities in Latin America: Notes for a Research Agenda".
21. Ulloa, Astrid 2012: "Producción de conocimientos en torno al clima. Procesos históricos de exclusión/apropiación de saberes y territorios de mujeres y pueblos indígenas".
22. Canessa, Andrew 2012: "Conflict, Claim and Contradiction in the New Indigenous State of Bolivia".
23. Latorre, Sara 2012: "Territorialities of Power in the Ecuadorian Coast: The Politics of an Environmentally Dispossessed Group".
24. Cicalo, André 2012: "Brazil and its African Mirror: Discussing 'Black' Approximations in the South Atlantic".
25. Massot, Emilie 2012: "Autonomía cultural y hegemonía desarrollista en la Amazonía peruana. El caso de las comunidades mestizas-ribereñas del Alto-Momón".
26. Wintersteen, Kristin 2012: "Protein from the Sea: The Global Rise of Fishmeal and the Industrialization of Southeast Pacific Fisheries, 1918-1973".

27. Martínez Franzoni, Juliana and Sánchez-Ancochea, Diego 2012: "The Double Challenge of Market and Social Incorporation: Progress and Bottlenecks in Latin America".
28. Matta, Raúl 2012: "El patrimonio culinario peruano ante UNESCO. Algunas reflexiones de gastro-política".
29. Armijo, Leslie Elliott 2012: "Equality and Multilateral Financial Cooperation in the Americas".
30. Lepenies, Philipp 2012: "Happiness and Inequality: Insights into a Difficult Relationship – and Possible Political Implications".
31. Sánchez, Valeria 2012: "La equidad-igualdad en las políticas sociales latinoamericanas. Las propuestas de Consejos Asesores Presidenciales chilenos (2006-2008)".
32. Villa Lever, Lorenza 2012: "Flujos de saber en cincuenta años de Libros de Texto Gratuitos de Historia. Las representaciones sobre las desigualdades sociales en México".
33. Jiménez, Juan Pablo y López Azcúnaga, Isabel 2012: "¿Disminución de la desigualdad en América Latina? El rol de la política fiscal".
34. Gonzaga da Silva, Elaini C. 2012: "Legal Strategies for Reproduction of Environmental Inequalities in Waste Trade: The Brazil – Retreaded Tyres Case".
35. Fritz, Barbara and Prates, Daniela 2013: "The New IMF Approach to Capital Account Management and its Blind Spots: Lessons from Brazil and South Korea".
36. Rodrigues-Silveira, Rodrigo 2013: "The Subnational Method and Social Policy Provision: Socioeconomic Context, Political Institutions and Spatial Inequality".
37. Bresser-Pereira, Luiz Carlos 2013: "State-Society Cycles and Political Pacts in a National-Dependent Society: Brazil".
38. López Rivera, Diana Marcela 2013: "Flows of Water, Flows of Capital: Neoliberalization and Inequality in Medellín's Urban Waterscape".
39. Briones, Claudia 2013: "Conocimientos sociales, conocimientos académicos. Asimetrías, colaboraciones autonomías".

40. Dussel Peters, Enrique 2013: "Recent China-LAC Trade Relations: Implications for Inequality?".
41. Backhouse, Maria; Baquero Melo, Jairo and Costa, Sérgio 2013: "Between Rights and Power Asymmetries: Contemporary Struggles for Land in Brazil and Colombia".
42. Geoffray, Marie Laure 2013: "Internet, Public Space and Contention in Cuba: Bridging Asymmetries of Access to Public Space through Transnational Dynamics of Contention".
43. Roth, Julia 2013: "Entangled Inequalities as Intersectionalities: Towards an Epistemic Sensibilization".
44. Sproll, Martina 2013: "Precarization, Genderization and Neotaylorist Work: How Global Value Chain Restructuring Affects Banking Sector Workers in Brazil".
45. Lillemets, Krista 2013: "Global Social Inequalities: Review Essay".
46. Tornhill, Sofie 2013: "Index Politics: Negotiating Competitiveness Agendas in Costa Rica and Nicaragua".
47. Caggiano, Sergio 2013: "Desigualdades divergentes. Organizaciones de la sociedad civil y sindicatos ante las migraciones laborales".
48. Figurelli, Fernanda 2013: "Movimientos populares agrarios. Asimetrías, disputas y entrelazamientos en la construcción de lo campesino".
49. D'Amico, Victoria 2013: "La desigualdad como definición de la cuestión social en las agendas transnacionales sobre políticas sociales para América Latina. Una lectura desde las ciencias sociales".
50. Gras, Carla 2013: "Agronegocios en el Cono Sur. Actores sociales, desigualdades y entrelazamientos transregionales".
51. Lavinás, Lena 2013: "Latin America: Anti-Poverty Schemes Instead of Social Protection".
52. Guimarães, Antonio Sérgio A. 2013: "Black Identities in Brazil: Ideologies and Rhetoric".
53. Boanada Fuchs, Vanessa 2013: "Law and Development: Critiques from a Decolonial Perspective".

54. Araujo, Kathya 2013: "Interactive Inequalities and Equality in the Social Bond: A Sociological Study of Equality".
55. Reis, Elisa P. and Silva, Graziella Moraes Dias 2013: "Global Processes and National Dilemmas: The Uncertain Consequences of the Interplay of Old and New Repertoires of Social Identity and Inclusion".
56. Poth, Carla 2013: "La ciencia en el Estado. Un análisis del andamiaje regulatorio e institucional de las biotecnologías agrarias en Argentina".
57. Pedroza, Luicy 2013: "Extensiones del derecho de voto a inmigrantes en Latinoamérica: ¿contribuciones a una ciudadanía política igualitaria? Una agenda de investigación".
58. Leal, Claudia and Van Ausdal, Shawn 2013: "Landscapes of Freedom and Inequality: Environmental Histories of the Pacific and Caribbean Coasts of Colombia".
59. Martín, Eloísa 2013: "(Re)producción de desigualdades y (re)producción de conocimiento. La presencia latinoamericana en la publicación académica internacional en Ciencias Sociales".
60. Kerner, Ina 2013: "Differences of Inequality: Tracing the Socioeconomic, the Cultural and the Political in Latin American Postcolonial Theory".
61. Lepenies, Philipp 2013: "Das Ende der Armut. Zur Entstehung einer aktuellen politischen Vision".
62. Vessuri, Hebe; Sánchez-Rose, Isabelle; Hernández-Valencia, Ismael; Hernández, Lionel; Bravo, Lelys y Rodríguez, Iokiñe 2014: "Desigualdades de conocimiento y estrategias para reducir las asimetrías. El trabajo de campo compartido y la negociación transdisciplinaria".
63. Bocarejo, Diana 2014: "Languages of Stateness: Development, Governance and Inequality".
64. Correa-Cabrera, Guadalupe 2014: "Desigualdades y flujos globales en la frontera noreste de México. Los efectos de la migración, el comercio, la extracción y venta de energéticos y el crimen organizado transnacional".
65. Segura, Ramiro 2014: "El espacio urbano y la (re)producción de desigualdades sociales. Desacoples entre distribución del ingreso y patrones de urbanización en ciudades latinoamericanas".

66. Reis, Eustáquio J. 2014: "Historical Perspectives on Regional Income Inequality in Brazil, 1872-2000".
67. Boyer, Robert 2014: "Is More Equality Possible in Latin America? A Challenge in a World of Contrasted but Interdependent Inequality Regimes".
68. Córdoba, María Soledad 2014: "Ensamblando actores. Una mirada antropológica sobre el tejido de alianzas en el universo del agronegocio".
69. Hansing, Katrin and Orozco, Manuel 2014: "The Role and Impact of Remittances on Small Business Development during Cuba's Current Economic Reforms".
70. Martínez Franzoni, Juliana and Sánchez-Ancochea, Diego 2014: "Should Policy Aim at Having All People on the Same Boat? The Definition, Relevance and Challenges of Universalism in Latin America".
71. Góngora-Mera, Manuel; Herrera, Gioconda and Müller, Conrad 2014: "The Frontiers of Universal Citizenship: Transnational Social Spaces and the Legal Status of Migrants in Ecuador".
72. Pérez Sáinz, Juan Pablo 2014: "El tercer momento rousseauiano de América Latina. Posneoliberalismo y desigualdades sociales".
73. Jelin, Elizabeth 2014: "Desigualdades de clase, género y etnicidad/raza. Realidades históricas, aproximaciones analíticas".
74. Dietz, Kristina 2014: "Researching Inequalities from a Socio-ecological Perspective".
75. Zhouri, Andréa 2014: "Mapping Environmental Inequalities in Brazil: Mining, Environmental Conflicts and Impasses of Mediation".
76. Panther, Stephan 2014: "Institutions in a World System: Contours of a Research Program".
77. Villa Lever, Lorenza 2015: "Globalization, Class and Gender Inequalities in Mexican Higher Education".
78. Reygadas, Luis 2015: "The Symbolic Dimension of Inequalities".
79. Ströbele-Gregor, Juliana 2015: "Desigualdades estructurales en el aprovechamiento de un recurso estratégico. La economía global del litio y el caso de Bolivia".

80. de Paula, Luiz Fernando; Fritz, Barbara and Prates, Daniela M. 2015: "Center and Periphery in International Monetary Relations: Implications for Macroeconomic Policies in Emerging Economies".
81. Góngora-Mera, Manuel; Costa, Sérgio; Gonçalves, Guilherme Leite (eds.) 2015: "Derecho en América Latina: ¿Corrector o (re)productor de desigualdades?"
82. Atria, Jorge 2015: "Elites, the Tax System and Inequality in Chile: Background and Perspectives".
83. Schild, Verónica 2015: "Securing Citizens and Entrenching Inequalities: The Gendered, Neoliberalized Latin American State".
84. Bashi Treitler, Vilna 2015: "Racialization: Paradigmatic Frames from British Colonization to Today, and Beyond".
85. Boyer, Miriam 2015: "Nature Materialities and Economic Valuation: Conceptual Perspectives and their Relevance for the Study of Social Inequalities".
86. Bogdandy, Armin von 2015: "Ius Constitutionale Commune en América Latina: Beobachtungen zu einem transformatorischen Ansatz demokratischer Verfassungsstaatlichkeit".
87. Hoyo, Henio 2015: "Apertura externa, exclusión interna. El Nacionalismo Revolucionario y los derechos de migrantes, mexicanos por naturalización, y dobles nacionales en México".
88. Costa, Sérgio 2015: "Entangled Inequalities, State, and Social Policies in Contemporary Brazil".
89. Radhuber, Isabella M. 2015: "Extractive Processes, Global Production Networks and Inequalities".
90. Müller, Frank; Baquero-Melo, Jairo; Rauchecker, Markus and Segura, Ramiro 2015: "Rethinking Enclosures from a Latin American Perspective: The Role of Territoriality and Coloniality".
91. Braig, Marianne 2016: "There is no Reciprocity: Latin America and Europe – Unequal Entanglements".
92. Groll, Constantin 2016: "The External Dimension of Subnational Fiscal Autonomy: Insights from the Mexican Case".

93. Grimson, Alejandro 2016: "Racialidad, etnicidad y clase en los orígenes del peronismo, Argentina 1945".
94. Lavinás, Lena 2016: "How Social Developmentalism Reframed Social Policy in Brazil".
95. Frehse, Fraya 2016: "Desigualdades no uso corporal dos espaços públicos urbanos na América Latina".

## ***desiguALdades.net***

*desiguALdades.net* is an interdisciplinary, international, and multi-institutional research network on social inequalities in Latin America supported by the Bundesministerium für Bildung und Forschung (BMBF, German Federal Ministry of Education and Research) in the frame of its funding line on area studies. The Lateinamerika-Institut (LAI, Institute for Latin American Studies) of the Freie Universität Berlin and the Ibero-Amerikanisches Institut of the Stiftung Preussischer Kulturbesitz (IAI, Ibero-American Institute of the Prussian Cultural Heritage Foundation, Berlin) are in overall charge of the research network.

The objective of *desiguALdades.net* is to work towards a shift in the research on social inequalities in Latin America in order to overcome all forms of “methodological nationalism”. Intersections of different types of social inequalities and interdependencies between global and local constellations of social inequalities are at the focus of analysis. For achieving this shift, researchers from different regions and disciplines as well as experts either on social inequalities and/or on Latin America are working together. The network character of *desiguALdades.net* is explicitly set up to overcome persisting hierarchies in knowledge production in social sciences by developing more symmetrical forms of academic practices based on dialogue and mutual exchange between researchers from different regional and disciplinary contexts.

Further information on [www.desiguALdades.net](http://www.desiguALdades.net)

## Executive Institutions of **desiguALdades.net**



**Ibero-Amerikanisches  
Institut**  
Preußischer Kulturbesitz

### Contact

**desiguALdades.net**  
Freie Universität Berlin  
Boltzmannstr. 1  
D-14195 Berlin, Germany

Tel: +49 30 838 53069  
[www.desiguALdades.net](http://www.desiguALdades.net)  
e-mail: [contacto@desiguALdades.net](mailto:contacto@desiguALdades.net)

SPONSORED BY THE



Federal Ministry  
of Education  
and Research